

EMESCAM – ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SANTA CASA DE
MISERICÓRDIA DE VITÓRIA

TATIANA CARVALHO DE FREITAS

**ESPAÇOS LIVRES URBANOS PÚBLICOS DE LAZER: ANÁLISE ESPACIAL COM
ÊNFASE NO PLANEJAMENTO URBANO E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A
PROMOÇÃO DA SAÚDE**

Vitória, ES

2019

TATIANA CARVALHO DE FREITAS

**ESPAÇOS LIVRES URBANOS PÚBLICOS DE LAZER: ANÁLISE ESPACIAL COM
ÊNFASE NO PLANEJAMENTO URBANO E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A
PROMOÇÃO DA SAÚDE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas para desenvolvimento Local na EMESCAM, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Políticas Públicas para Desenvolvimento Local.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos de Abreu

Vitória, ES

2019

Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
EMESCAM – Biblioteca Central

F852e Freitas, Tatiana Carvalho de
Espaços livres urbanos públicos de lazer : análise espacial
com ênfase no planejamento urbano e políticas públicas para a
promoção da saúde / Tatiana Carvalho de Freitas. - 2019.
69 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos de Abreu.

Dissertação (mestrado) em Políticas Públicas e Desenvolvimento
Local – Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia
de Vitória, EMESCAM, 2019.

1. Planejamento urbano. 2. Qualidade de vida. 3. Políticas
públicas. 4. Sustentabilidade. I. Abreu, Luiz Carlos de. II. Escola
Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória,
EMESCAM. III. Título.

CDD: 307.1216

TATIANA CARVALHO DE FREITAS

**ESPAÇOS LIVRES URBANOS DE LAZER: ANÁLISE
ESPACIAL COM ÊNFASE NO PLANEJAMENTO
URBANO E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA
PROMOÇÃO DA SAÚDE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local.

Aprovada em 11 de outubro de 2019

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Luiz Carlos de Abreu
Escola Superior de Ciências da Santa Casa de
Misericórdia de Vitória – EMESCAM
Orientadora



Prof.ª Dr.ª Italla Maria Pinheiro Bezerra
Escola Superior de Ciências da Santa Casa de
Misericórdia de Vitória – EMESCAM



Prof. Dr. Adilson Monteiro
Universidade Federal Do Mato Grosso- UFMT

“As cidades são locais onde as pessoas se encontram para trocar ideias, comprar e vender, ou simplesmente relaxar e se divertir. O domínio público de uma cidade- suas ruas, praças e parques – é o palco catalizador dessas atividades.”

(GEHL,2010, p.XI)

Agradecimentos

A minha Mãe Elizabeth e ao meu Pai Reginaldo, que saiam da sua casa para poder tomar conta dos meus filhos nos finais de semana que eu tinha que viajar.

A Cecilia, Isabella e Matheus, que entendiam e me deixavam escrever por horas seguidas, mesmo querendo um carinho da mamãe.

Ao Giovani, pela compreensão e por tomar conta de tudo enquanto eu me isolava no meu mundo do mestrado.

Ao meu Orientador Prof. Dr. Luiz Carlos de Abreu, que me norteou nesta caminhada.

A Prof^a. Dr^a. Italla, pelas relevantes contribuições oferecidas na qualificação.

E a todos os meus amigos e colegas, em especial a Mariana Papa, Lucimagno, Leandro e Altamir que participaram desta fase da minha vida, pela torcida e momentos de descontração.

RESUMO

Introdução: A oferta de espaços públicos livres de lazer auxilia na manutenção do bem estar da população contribuindo para uma cidade saudável. A quantificação dos espaços livres públicos, sua distribuição e qualidade da infraestrutura oferecida são de extrema importância como parâmetro de indicação da qualidade de vida da população. **Objetivo:** Analisar a distribuição e a conservação dos espaços urbanos livres públicos de lazer na cidade de Manhuaçu – MG. **Método:** O estudo tem caráter descritivo e exploratório de campo. A coleta de dados foi realizada por meio de registro fotográfico, trabalho de campo, registros em mapa e imagens aéreas obtidas via satélite. A organização dos dados foi realizada através de tabelas, gráficos, fotos e mapas esquemáticos elaborados por meio do software Microsoft Excel e do Corel Draw. **Resultados:** a cidade de Manhuaçu possui oito praças consideradas como praças de vizinhança, com área total de 2,85% do território estudado e 35% da população atendida pela cobertura populacional das estratégias de Saúde da Família, usada como referência. O índice alcançado da análise de oferta de espaços livres na cidade foi de 0,43hab/m² e os espaços avaliados individualmente possuíram classificação geral como regular quanto a qualidade da sua infraestrutura, mobiliário urbano e equipamentos. **Conclusão:** A análise da distribuição espacial das praças na cidade de Manhuaçu mostra que há uma ausência de tais espaços em diversas áreas do município, deixando de atender uma considerável parcela da população. Evidencia-se que há necessidade de intervenção urbana para o melhoramento dos índices de oferta deste tipo de espaço e do aumento da qualidade da infraestrutura, equipamentos e conservação das praças existentes.

Palavras-chave: Planejamento urbano, qualidade de vida, cidade saudável.

ABSTRACT

Introduction: The offer of free public spaces of leisure helps in maintaining the welfare of the population contributing to a healthy city. The quantification of public spaces, their distribution and the quality of the infrastructure offered are extremely important as a parameter for indicating the quality of life of the population. **Objective:** To analyze the distribution and conservation of free public urban leisure spaces in the city of Manhuaçu - MG. **Method:** The study is descriptive and exploratory field, for the morphological analysis of existing public spaces and the demographic density of the municipality. Data collection was done through photographic record, field work, map records and aerial images obtained by satellite. Data analysis was performed through tables, graphs, photos and schematic maps made using Microsoft Excel and Corel Draw software. **Results:** The city of Manhuaçu has 08 squares considered as neighborhood squares, with a total area of 2.85% of the territory studied and 35% of the population served by the population coverage of Family Health strategies, used as a reference. The index obtained from the analysis of the offer of free spaces in the city was 0.43hab / m² and the spaces evaluated individually had general classification as regular as the quality of its infrastructure, urban furniture and equipment. **Conclusion:** The analysis of the spatial distribution of the squares in the city of Manhuaçu shows that there is an absence of such spaces in several areas of the municipality, failing to serve a considerable portion of the population. Concludes that there is a need for urban intervention to improve the supply indices of this type of space and to increase the quality of the infrastructure, equipment and conservation of the existing squares.

Keywords: Urban planning, Quality of life, Healthy city.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Organograma de classificação do espaço urbano.....	14
Figura 02	Modelo de interação entre as três dimensões da psicologia ambiental.....	17
Figura 03	Praça Martins Fraga.....	48
Figura 04	Implantação Esquemática da Praça Martins Fraga.....	49
Figura 05A/B	Praça Antônio Brum.....	50
Figura 06	Desnível entre as ruas Juquinha Santana e Olímpio Vargas.....	50
Figura 07	Implantação esquemática da Praça Antônio Brum.....	51
Figura 08	Feira de artesanato.....	52
Figura 09	Feira gastronômica.....	52
Figura 10	Vista de topo da Praça Cordovil Pinto Coelho.....	53
Figura 11	Implantação esquemática da Praça Cordovil Pinto Coelho.....	53
Figura 12	Monumento ao Bandeirante.....	54
Figura 13	Vista Longitudinal da Praça Cinco de Novembro.....	54
Figura 14	Implantação esquemática da Praça Cinco de Novembro.....	55
Figura 15A/B	Vista da Praça Dr. Cesar Leite.....	56
Figura 16	Implantação esquemática da Praça Dr. Cesar leite.....	57
Figura 17	Vista aérea da Praça José Adolfo Vieira Assad.....	58
Figura 18	Vista da Praça José Adolfo Vieira Assad.....	58
Figura 19	Vista da Praça José Adolfo Vieira Assad.....	59
Figura 20	Implantação esquemática da Praça José Adolfo Vieira Assad.....	60
Figura 21	Visão geral da Praça José Alves costa.....	61
Figura 22	Caminhos definidos da Praça.....	61
Figura 23	Implantação esquemática da Praça José Alves da Costa.....	62
Figura 24A/B	Visadas da Praça Pedro Faria.....	63
Figura 25	Implantação esquemática da Praça Pedro Faria.....	63

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Principais características das áreas verdes urbanas.....	20
Tabela 2	Sugestão de índices urbanísticos para espaços livres.....	21
Tabela 3	Características e abordagens da PNPS de 2014 como instrumentos para uma cidade saudável.....	22
Tabela 4	Aproximações entre o Estatuto da Cidade e a PNPS de 2014.....	23
Tabela 5	Relação entre a população das Estratégias de saúde da Família (ESF) e seu território.....	27
Tabela 6	Dimensão dos Espaços Livres Públicos de lazer em Manhuaçu....	27
Tabela 7	Indicativos da relação entre localização e dimensão das Praças em Manhuaçu	34
Tabela 8	Avaliação Qualitativa dos ELPLs.....	34

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DCNT	Doenças crônicas não transmissíveis
ELPL	Espaço livre público de lazer
ESF	Estratégia de saúde da família
OMS	Organização mundial de saúde
PMM	Prefeitura municipal de Manhauçu
PNPS	Política nacional de promoção a saúde
SUS	Sistema único de saúde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 REVISÃO DE LITERATURA	14
2.1 Espaços Livres e suas funções	14
2.2 Importâncias dos ELPL's e da psicologia ambiental para a Promoção da Saúde	17
2.3 Parâmetros e indicadores para avaliação dos Espaços livres	20
2.4 Políticas públicas de promoção a saúde e o planejamento urbano	23
3 OBJETIVOS	26
4 MÉTODO	27
4.1 Tipo de estudo	27
4.2 Local do estudo	27
4.3 Coleta de dados	30
4.4 Organização e análise de dados	30
5 RESULTADOS	33
6 DISCUSSÃO	37
7 CONCLUSÃO	43
8 REFERÊNCIAS	44
Anexo 01 - Ficha 1, Ficha 2 e Figuras de 1 a 5 da Metodologia de De Angelis (2004)	49
Anexo 02 - Análise individual das praças de Manhuaçu	52
01 Praça Martins Fraga	
02 Praça Antônio Brum	
03 Praça Cordovil Pinto Coelho	
04 Praça Cinco de Novembro	
05 Praça Cesar Leite	
06 Praça José Adolfo Vieira Assad	
07 Praça José Alves da Costa	
08 Praça Pedro Faria	

1 INTRODUÇÃO

O uso dos espaços públicos vem se modificando ao longo dos anos, ora pela mudança estrutural da sociedade, ora por modificações da economia, aumento da violência e da falta de manutenção e instalação de equipamentos urbanos adequados. Esses fatores influenciam diretamente a falta de uso das praças na contemporaneidade (LUZ; KUHNEN, 2013).

O planejamento urbano possui como meta a qualidade de vida, com o intuito de promover a igualdade na ocupação dos espaços, minimizar os riscos, estabelecer redes de comunicação, garantir a interação social e coletiva na defesa do bem comum (SPERANDIO; FRANCISCO FILHO; MATTOS, 2016).

O espaço urbano é conceituado de duas diferentes maneiras: como um conjunto de espaços edificados, que exercem atividades particulares ao meio urbano (espaço construído) e como espaços livres, que possuem pouco ou nenhum elemento construído ou de vegetação (SÁ CARNEIRO; MESQUITA, 2000).

A identidade da população, assim como o conceito de público e comunidade, encontra-se ameaçado, isso é refletido na procura da qualidade de vida nos espaços urbanos a partir da oferta destes locais com qualidade (FERNANDES, 2012).

Os espaços urbanos livres possibilitam um estilo de vida urbano mais agradável, representa um cenário tranquilo contra as tensões do trabalho e do cotidiano, além de direcionar o indivíduo a diferentes tipos de lazer, seja ele contemplativo, recreativo, social, cultural ou esportivo. Esses espaços possuem grande importância como indicador da qualidade de vida de uma população, uma vez que desempenham papel estético, ambiental e recreativo (GOMES; QUEIROZ, 2016).

Os espaços livres tem por objetivo básico a recreação, devendo ser dotadas de equipamentos e infraestrutura necessária para a oferta de opções de lazer e recreação as mais variadas faixas etárias, de modo que o seu acesso seja percorrido da moradia do usuário até o espaço a pé; enquanto espaços verdes não necessitam necessariamente serem voltados para a recreação e o lazer (MAZZEI et al.,2007)

A qualidade de vida é o objetivo principal do planejamento urbano, que deve ser estruturado para promover a igualdade na ocupação dos espaços da cidade, estabelecer comunicação, interação e participação da população para o

desenvolvimento do governo local em defesa de um bem comum, “[...] estilo de vida urbano e a estrutura cultural das cidades são elementos associados à tendência ao sedentarismo, aumentando a demanda por áreas verdes e espaços para recreação” (OLIVEIRA,1996, p.11).

A aglomeração da população das cidades vem gerando uma preocupação constante dos governantes com relação ao lazer no planejamento urbano, uma vez que com as mudanças econômicas e sociais ocorridas na segunda metade do séc. XIX e durante o séc. XX mudou-se a especializações das funções que cada vez mais passaram a ser tediosas e repetitivas, fazendo o lazer um item cada vez mais importante e necessário (NUCCI, 2001).

Para estruturar essas dinâmicas, há políticas públicas que regulamentam práticas urbanísticas, como o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01) e outras que associam a vida urbana à políticas de promoção a saúde (SPERANDIO; FILHO; MATTOS, 2016).

A Política Nacional de Promoção a Saúde (PNPS) inclui, em suas estratégias, o planejamento urbano como instrumento para a ampliação da autonomia individual e coletiva da população para a vivência no espaço público, aproximando a PNPS ao Estatuto da cidade (Lei 10.257/2001), com o objetivo da construção de uma cidade mais humana, acessível, equitativa e justa (BRASIL, 2001, 2010,2014).

A análise quantitativa da distribuição entre o espaço construído e o espaço livre nas cidades é um importante parâmetro para indicar a qualidade de vida dos cidadãos, visto que, em áreas densamente construídas, com pouca vegetação e impermeabilizadas, suas temperaturas são mais elevadas e a umidade do ar é mais baixa (CAVALHEIRO; NUCCI, 1998).

Para realizar um estudo sobre a demanda de espaços livres em uma cidade, devem-se considerar as características demográficas, sociais e econômicas da população, atentando ao fato de que nem todo espaço livre é uma área verde, mas toda área verde é um espaço livre (LLARDENT *apud* CAVALHEIRO; NUCCI, 1998).

Como problema de pesquisa, tem-se o seguinte questionamento: existem espaços livres públicos de Lazer na cidade de Manhuaçu, que atendam a população e suas diversas atividades para a manutenção de uma cidade saudável?

A oferta de espaços livres inclusivos, acessíveis, equitativos e sustentáveis é de extrema importância para manutenção de uma cidade saudável e para o bem

estar de sua população e sua oferta tem relação direta com a qualidade de vida com a população .

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Espaços Livres e suas funções

A cidade é constituída por três espaços que a caracterizam: o espaço construído (residências, indústrias, comércios, hospitais, escolas *etc.*); o espaço de integração urbana (redes rodoferroviárias) e os espaços livres de construção (praças, parques, jardins *etc.*) (GOMES; QUEIROZ, 2016).

O surgimento dos *shoppings centers* com uma infinidade de serviços, comércio e espaços para a socialização fez com que as praças deixassem de ter a importante função de lugar de encontros e reuniões para a sociedade; forte concorrente das praças, os *shoppings centers* tem como ponto a favor a vantagem de ser um espaço fechado, que contribui para a oferta da segurança, mas tem como ponto negativo a falta da interação do indivíduo com a natureza (SILVA; LOPES; LOPES, 2009).

Existem diferentes interpretações e definições para áreas verdes, existem similaridades entre os termos áreas verdes, espaços livres, sistema de lazer, praças *et.* Sendo um dos problemas existentes nos diferentes tipos de pesquisa, gestão, ensino e planejamento destas áreas (MINAKI,2007)

O espaço livre é definido como um espaço público que abriga diversas práticas sociais, destinado às mais variadas atividades relacionadas ao lazer e ao bem estar da população, como descanso, recreação, atividades físicas, socialização, entretenimento, entre outras, com caminhos agradáveis e pitorescos, passeios cômodos e seguros em que haja total separação entre os veículos e os cidadãos (CAVALHEIRO; NUCCI, 1998).

As praças e os espaços livres refletem a cultura e o costume das pessoas, sua vitalidade está diretamente ligada à sua apropriação pela sociedade, sua classificação como espaço livre pode ser vista no organograma de classificação do verde urbano (figura 01) (BARGOS; MATIAS, 2011).

Embora não se tenha um consenso definido da conceituação de praça, Robba e Macedo (2003, p.17) as caracterizam como espaços livres públicos que tem como objetivo oferecer lazer e convívio à população, acessíveis a todos os cidadãos e sem acesso de veículos.

A caracterização de praça como um espaço público e um lugar de lazer faz com esta seja reconhecida como uma categoria específica entre os mais diferentes espaços livres urbanos e ainda assim a reafirma como um espaço de mescla de usos e de grupos sociais diferentes (LIBERALINO,2011).

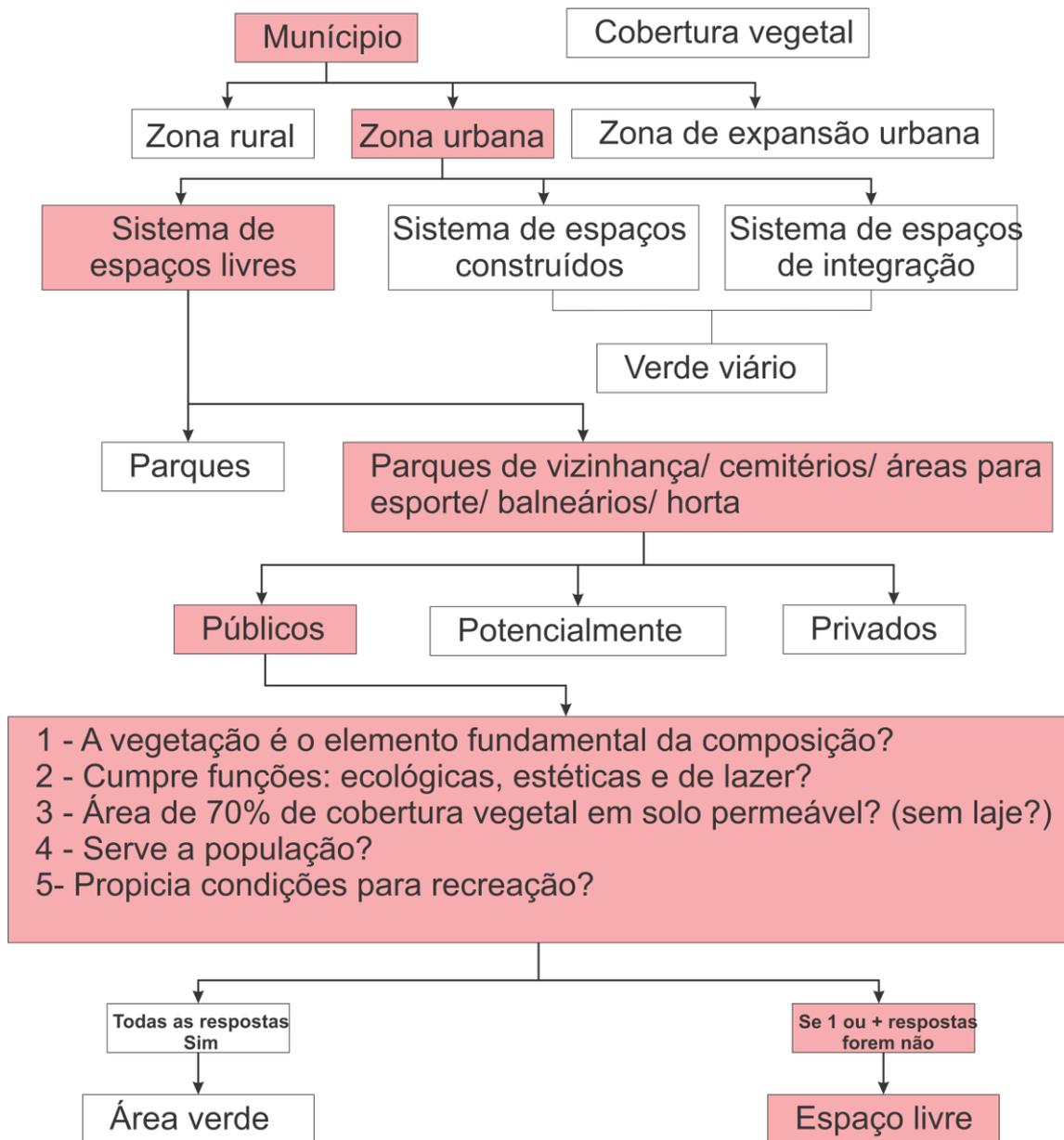


Figura 01 – Organograma de classificação do Espaço Urbano

Fonte: BARGOS; MATIAS (2011) (Adaptado pela autora).

Este espaço tem papel de grande importância para a vida da população residente nos centros urbanos, pois os espaços públicos são cuidadosamente projetados para sustentar os diversos anseios da vida contemporânea, reforçando a vida urbana e incentivando o convívio social, as instalações de *playgrounds*, pistas de skate, caminhada, academias esportivas, garantem ao espaço público livre uma atratividade maior ao uso, garantindo assim a promoção de uma vida urbana saudável e agregando valor a vida na cidade (GEHL, 2013).

Ao espaço livre que possui atratividade à população, Bargas e Matias (2011, p.176) proferem a seguinte interpelação: “Praça: pode não ser considerada uma área verde caso não tenha vegetação e seja impermeabilizada. Quando apresenta vegetação é considerada jardim, e como área verde sua função principal é de lazer”.

A cidade contemporânea caracteriza os espaços livres em três tipos de valores: os ambientais, que têm como principal qualidade a melhoria da ventilação e aeração urbana, sendo mais utilizado em grandes cidades, com o intuito de melhorar a insolação, controlar a temperatura através do arborismo, auxiliar na drenagem e proteger o solo contra erosão; os funcionais, que possuem o lazer como a sua mais importante característica, tendo em vista que, em alguns bairros ou cidades, os espaços livres possam ser a única opção de espaço recreativo da população; e os estéticos e simbólicos, que exercem importante papel de identidade da cidade, bairro ou rua, sendo objetos referenciais na paisagem urbana, contribuindo para o embelezamento urbano (ROBBA; MACEDO, 2003).

Existem vários tipos de lazer, gerando uma infinidade de possibilidades, a recreação é uma forma de fazer com que os momentos de descanso e lazer tenham mais opções para não cair no tédio. Os espaços públicos de lazer fornecem grande parte destas opções para a população, ofertando as pessoas possibilidades de recreação ao ar livre, gratuita e o contato com a natureza (NUCCI, 2008).

Além dos valores estabelecidos para os espaços livres, há também a caracterização destes espaços segundo as suas funções: a social, que pretende garantir a oferta de lazer para a população; a estética que contribui para o embelezamento da cidade e diversificação do espaço construído; a ecológica que auxilia na melhoria do clima ambiental, do ar, água e solo; a educativa que propicia um ambiente para desenvolvimento de atividade educativa, extraclasse e programas

de educação ambiental; e a psicológica, que possui o intuito de ofertar atividades de recreação e relaxamento (BARGOS; MATIAS, 2011).

A tipologia dos espaços livres possui classificação de acordo com a população que usufrui desta área, sendo os espaços classificados como: públicos, em que toda a população tem acesso; potencialmente coletivos, nos quais o acesso da população é controlado de alguma forma, como nas escolas, igrejas, parques, universidades *etc.*; e particulares, onde o acesso é restrito (GROENING, 1976 *apud* GOMES; QUEIROZ, 2016).

De Angelis (2004) considera a tipologia dos espaços livres públicos, tendo por base as características das praças brasileiras, que são: a praça de igreja, que possui uma igreja em seu entorno, a praça de circulação, que de acordo com a sua localização é local de passagem obrigatória de veículos e/ou pessoas, a praça monumental, que possui monumento que a caracteriza, podendo ser estátuas ou edificações, a praça de descanso e/ou de recreação, que possui atividades de entretenimento, encontros ou passeio e a praça de significado visual, que possui um marco urbano a qual ela está subordinada, pode ser tanto um monumento quanto uma edificação pública que se relaciona a algum acontecimento importante.

2.2 A psicologia ambiental nos Espaços Públicos de lazer (ELPL's) para a Promoção da Saúde

A restauração do equilíbrio físico e mental das pessoas pode ser influenciada pela colaboração das praças para a melhora significativa do microclima urbano e conseqüentemente da qualidade de vida nas cidades (VIEGAS; DA SILVA; ELALI, 2014).

A psicologia ambiental tem como principal função analisar a relação entre o ambiente e o comportamento das pessoas, ela trabalha lado a lado com a arquitetura e o urbanismo, ciências que a cada momento se preocupa com a percepção e a satisfação dos indivíduos que usufruem do espaço projetado (LIBERALINO, 2011).

O lazer pode ser desenvolvido nos mais diversos lugares, desde a rua até em *shoppings centers*, mas é nos espaços públicos, como parques e praças que ele mais se evidencia, pois eles propiciam fácil acesso, interação entre as pessoas e

principalmente o contato com a natureza, tão importante nas cidades (LIBERALINO,2011).

O ser humano tem a necessidade de usufruir de espaços não edificados para a manutenção do seu equilíbrio físico e mental, como acontece quando entra em contato com a natureza, o homem produz um afastamento dos fatores de estresse do meio urbano, obtendo a sensação de liberdade e prazer, fazendo com que os espaços livres públicos (ELP's) se transformem em áreas incentivadoras da vitalidade, trabalhando como ambientes restauradores e mantenedores da saúde (VIEGAS; DA SILVA; ELALI, 2014).

A psicologia ambiental que tem como função analisar a relação entre o ambiente vivenciado e o indivíduo que usufrui do espaço, possui como parâmetro para sua análise três dimensões: o fenômeno analisado, as pessoas e o espaço aspectos esses que são representados por eixos que se cruzam. O entendimento do estudo dos espaços públicos de lazer tem melhor compreensão através da interação da abordagem entre o ambiente e sociedade (LIBERALINO, 2011) (Figura 02).

A praça tem um enorme potencial para influenciar a qualidade de vida da sociedade, funcionando como espaço catalizador para a promoção da interação social e de estímulo para a prática de exercícios físicos. Quando esses espaços estão acessíveis, conservados e diversificados em suas atividades, a população se apropria desses espaços, gerando maior vitalidade ao local, fator de diversos estudos no campo da psicologia ambiental, como afirma Liberalino (2011).

A qualidade de infraestrutura ofertada destes espaços possui ligação direta a apropriação deste local pela população, possuindo também importância fundamental para a utilização dos espaços e conseqüentemente uma melhora na qualidade de vida dos indivíduos que utilizam as praças como locais para descanso e recreação, possibilitando o acesso a diversas experiências que só se é possibilitado em contato com a natureza (NUCCI, 2001).

Esses ambientes devem ser agradáveis e estéticos, com acomodações e instalações variadas de modo a facilitar a escolha individual. Devem ser livres de monotonia e isentos das dificuldades de espaço e da angústia das aglomerações urbanas. Principalmente para as crianças, é fundamental que o espaço livre forneça a possibilidade de experienciar sons, odores, texturas, paladar da natureza; andar descalço pela areia, gramado; ter contato com animais como pássaros, pequenos mamíferos, insetos, etc. (NUCCI, 2001, p.109).

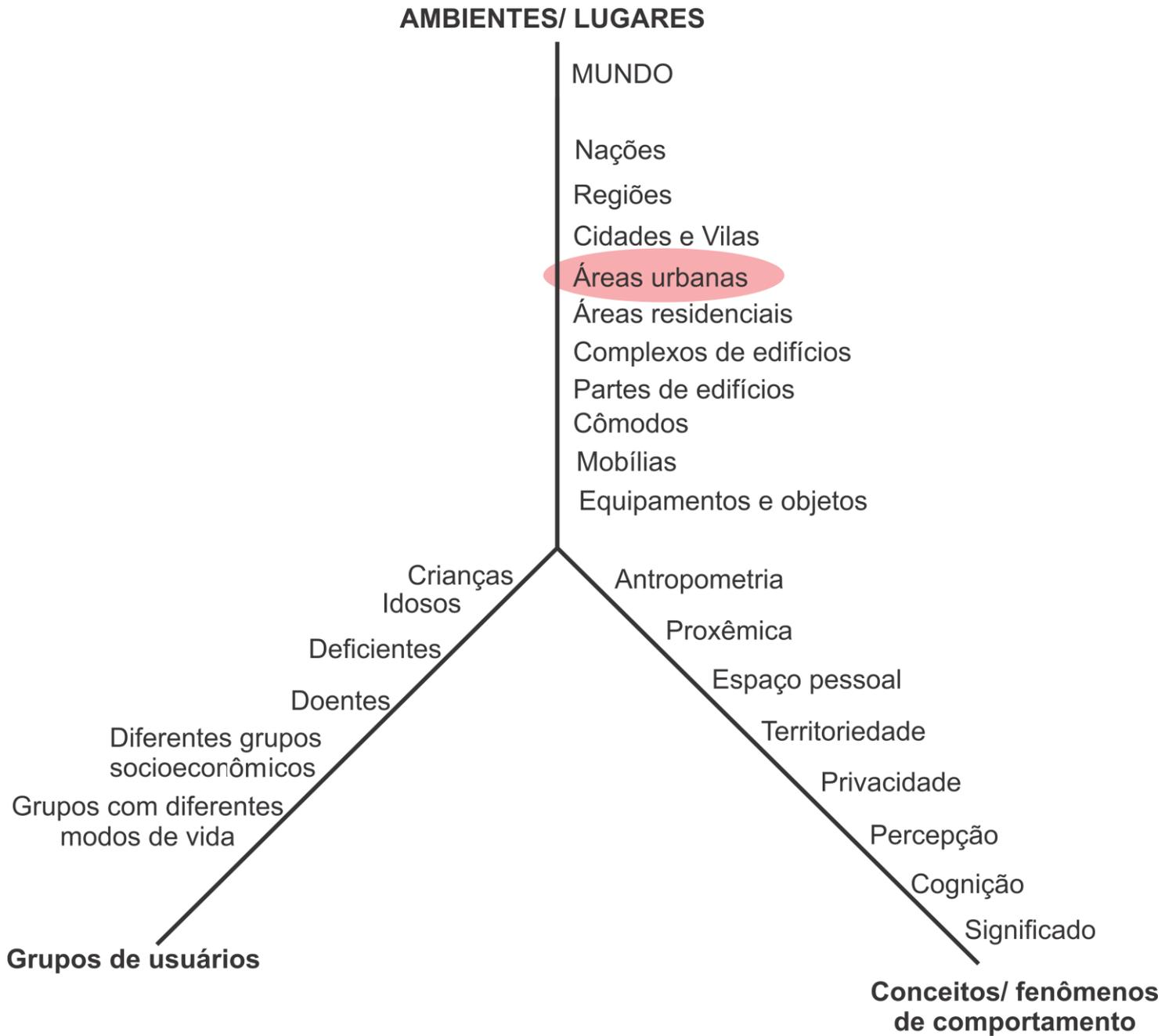


Figura 02 – Modelo de interação entre as três dimensões da psicologia ambiental

Fonte: LIBERALINO (2011) (Adaptado pela autora)

Moraes et al. (2010) ressalta que a promoção da saúde é um processo de capacitação da sociedade para melhoria de sua própria saúde e qualidade de vida, modificando a percepção da saúde como um recurso para vida e não como objetivo para viver.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) aprovou, durante a 57ª Assembleia Mundial, com o objetivo de reduzir as Doenças Crônicas não transmissíveis (DCNT), a estratégia global para a alimentação, saúde e atividade física, estratégia essa que auxiliou o Ministério da Saúde a criar a Política Nacional de Promoção a Saúde (PNPS), em 2006 (MORAES et al., 2010).

O Sistema único de Saúde (SUS) se sobrecarrega e possui altos gastos em seu orçamento tratando as DCNT, se elas fossem prevenidas ou gerenciadas diminuiria a elevação dos custos para o SUS. Para conter esse número crescente o enfrentamento dessas DCNT estão demandando significativos investimentos em pesquisa, promoção de saúde e defesa de uma vida mais saudável (MORAES et al., 2010).

2.3 Parâmetros e indicadores para avaliação dos espaços livres

Para a obtenção de uma análise relevante sobre a satisfação da oferta de espaços livres em uma cidade, são elaborados critérios para esta análise, embora exista uma enorme quantidade de metodologias e valores ditos como ideais de parâmetros e indicadores, o uso da relação espaço x população é a relação mais utilizada para avaliar a disponibilidade destes espaços através da relação $m^2/hab.$, área mínima, distância entre residências *etc.* (NUCCI, 2001).

Baseado em estudos realizados por Llardent (1982), em conjuntos habitacionais e em número de residências afirma-se que, para poder ter uma avaliação sobre índices de espaços livres, devem-se levar em consideração as características demográficas, sociais e econômicas da população residente da área. Ressalta-se, ainda que muitos fatores interferem na demanda por espaços livres, como a densidade populacional, dimensões e a distância entre as residências.

Para uma cidade saudável e funcional, deve haver o equilíbrio entre as diversas atividades que acontecem em seu território. Para definir as tipologias de uso, densidade de uso do espaço e classificação das atividades desses locais, os

espaços públicos livres são divididos em dois grupos seguindo a sua escala espacial, a Escala de vizinhança (trama verde de detalhe), que comporta até 1.000 residências e 3.500 habitantes, com densidade de 245 hab/ha, referente a aproximadamente 40m²/hab e a Escala de Cidade (trama verde básica), que comporta toda a população da cidade. Esta avaliação espacial e de uso dos espaços livres deve considerar as características demográficas, econômicas e sociais da população (LLARDENT apud CAVALHEIRO; NUCCI, 1998).

Para uma cidade com mais de 10.000 habitantes, os espaços públicos livres devem corresponder de 21 a 30m²/hab, divididos de modo que 1/3 dos espaços livres esteja próximo às habitações, formando jardins residenciais, 1/3 dos espaços livres, a, no máximo, 400m de distância das residências, com o intuito de formar parques de vizinhança públicos que ofereçam recreação e atividades esportivas para a comunidade e 1/3 destes espaços livres com raio de ação de 2 a 3 km para formar parques urbanos de 20 a 80 ha (JAMBOR; SZIKÁGYI, 1984).

Paralelo a isso a Sociedade Brasileira de Arborização Urbana (SBAU) apresenta uma proposta de 15m²/hab como índice mínimo de área verde pública destinada à recreação, parâmetro proposto na Carta de Londrina e Ibiporã, elaborada em 1996 (SBAU, 1996).

Já a classificação dos tipos de áreas verdes, é proposta por Mascaró (2008), através de uma tabela, na qual são expostas todas as características para a ordenação, o tamanho ideal mínimo, o ritmo para utilização, as distâncias máximas entre áreas livres, a localização preferencial para locação e área por habitante. (Tabela 1)

Tabela 1. Principais características das áreas verdes urbanas.

	Tipo de área verde	Localização preferencial	Distâncias máximas	Área por habitante	Tamanho por unidade	Ritmo de utilização
Área verde principal	Parque suburbano	Fora do tecido urbano	20 km	3 a 5 m ² /hab.	≥50 ha	Semanal ou eventual
	Parque urbano	Lateral ao tecido urbano	5 km	3 a 5 m ² /hab.	≥10 ha	Semanal ou diário
	Clube esportivo	Lateral ao tecido urbano	1 km	2 a 3 m ² /hab.	≥3 ha	Semanal ou diário
	Hortas urbanas	Fora do tecido urbano	20 km	7 a 10 m ² /hab.	≥1.000m ²	Conforme necessidade

Área verde Secundária	Recreio infantil (0 a 9 anos)	Dentro do tecido urbano	400 km	Dependerá da composição etária da cidade	$\geq 600\text{m}^2$	II
	Recreio juvenil (10 a 20 anos)	Dentro do tecido urbano	800 km		$\geq 1000\text{ m}^2$	II
	Recreio de adultos e idosos	Dentro do tecido urbano	400 km	2 a 3 m ² /hab.	$\geq 500\text{m}^2$	II
Total			12 a 25 m²/hab			

Fonte: MASCARÓ (2008).

Assim de acordo com a tabela, os espaços para recreação infantil devem ser dispostos, espalhados pelo interior da cidade, de tal forma que fiquem próximas às residências, geralmente recomenda-se que exista uma área equipada a cada 30 quarteirões, essas áreas ficariam distantes assim dos usuários no máximo a 300 metros, sendo conveniente que estejam associadas a áreas para adultos e idosos. Já as áreas para recreação juvenil, podem ser mais distantes entre si, podem estar ligadas a áreas de adultos; porém, separadas das áreas infantis (MASCARÓ, 2008).

As distâncias máximas que podem ser percorridas pela população para o acesso ao espaço livre gera um raio de influência que delimita a proximidade das residências e o trajeto percorrido pela população para chegar ao espaço destinado, o limite do raio estabelecido para crianças de até 10 anos chegarem a espaços públicos de recreação é de 450m (MEDEIROS, 1975).

Um dos maiores requisitos para um espaço público exercer sua função recreativa é a sua localização em relação a população que ira usufruir do local, não devendo o usuário percorrer uma distancia maior que 10 a 15 minutos de caminhada, pois elevando esta distância a utilização do espaço diminui. Para locar estes locais de forma mais abrangente é importante localizar em mapas os espaços livres e os raios de influência que eles exercem na região onde está inserido (NUCCI, 2008).

A classificação dos espaços livres, segundo a hierarquia e a sistematização dos índices urbanísticos para estes espaços, é compreendida na Tabela 2.

Tabela 2. Sugestão de índices urbanísticos para espaços livres

Categoria	M²/hab	Area mínima (ha)	Distância mínima	Propriedade
Parque Vizinhança	0,75	0,05	50	Público/particular
Parque bairro	0,6	10	1000	Público
Parque distrital	6/7	100	1200	Público
Parque regional	-	200	Cidade	Público
Cemitério	4,5	-	-	Público/particular
Área para esporte	5,5	3-5	Próxima escola	Público/particular
Balneário	1	2	Próxima escola	Público/particular
Horta	12	300 (m ²)	-	Público/particular
Verde viário	-	-	Sistema viário	Público

Fonte: GOMES; QUEIROZ (2016).

A proximidade entre residências e espaço livre público ofertado é um parâmetro de extrema importância para a análise da cidade, áreas que possuem distância superior de 10 a 15 minutos de caminhada para a chegada ao espaço livre têm a sua utilização comprometida, assim também como a acessibilidade encontrada no trajeto (GOMES; QUEIROZ, 2016).

2.4 Políticas públicas de promoção a saúde e o planejamento urbano

Nos termos da Constituição Federal (art. 30 e art. 182) e do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01), cabe ao município criar, preservar e proteger as áreas verdes da cidade e também o sistema de arborização, ambos como partem de sua política de desenvolvimento urbano. A atuação municipal deve ocorrer através de leis específicas, próprias de cada município, de forma a atender aos interesses locais, mas sem contrariar as determinações e orientações das leis federais e estaduais (BRASIL, 1988, 2001).

A Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS, 2006, 2014) inclui estratégias de planejamento urbano, que visam a ampliação da autonomia individual e coletiva para a vivência no espaço público, auxiliando o desenvolvimento da cidade saudável (BRASIL, 2006, 2014).

A parceria entre os cidadãos e os gestores públicos é bastante importante para a formulação de políticas públicas inclusivas e equitativas para a estimulação do convívio coletivo, acessibilidade, pertencimento do local, mobilidade e interação social, considerados fatores fundamentais para a justiça social e o direito a igualdade, como itens de formulação e manutenção de cidades saudáveis (SPERANDIO; FILHO; MATTOS, 2016).

A PNPS tem como objetivo a promoção da saúde através da redução da vulnerabilidade humana, realizada pelos modos de viver, condições de trabalho, habitação, ambiente, educação, lazer, cultura, acesso a bens e serviços essenciais. A função principal do urbanista é promover a qualidade da habitação e do ambiente ofertada à população residente do município. A PNPS de 2006 auxiliava o urbanista com três disposições de objetivações específicas, mas, com sua reformulação em 2014, houve um aumento significativo nas estratégias de auxílio para o planejamento urbano (Tabela 3) (BRASIL, 2006,2014).

Tabela 3. Características e abordagens da PNPS de 2014 como instrumentos para uma cidade saudável

PNaPS Portaria 2.446/14	Característica	Abordagem
Art. 5º, inciso II	Equidade	Planejamento de ações de promoção da saúde, favorecendo a construção de espaços de produção social saudável, em vista aos direitos humanos.
Art.7º, incisos II, IV, V, VI, VIII	Objetivo da PNPS/14	Mobilidade e acessibilidade saudável e segura; promover a cultura da paz em territórios e municípios; apoiar a produção de ambientes saudáveis em busca do bem viver; valorizar os saberes populares; autonomia para sujeitos e coletividade.
Art. 8º, inciso IV	Transversalidade	Ambientes Saudáveis
Art. 9º, incisos II e VIII	Intra e Intersectorialidade	Estratégias para promover a saúde; participação e disseminação dos saberes.
Art. 10, incisos II, III e VIII	Prioritária	Alimentação saudável com inclusão social e diminuição da pobreza (hortas urbanas); práticas corporais e atividades físicas, ciclovias; promoção do desenvolvimento sustentável na cidade.

Fonte: BRASIL (2014).

Com a reformulação da PNPS de 2014, houve uma aproximação entre as políticas de promoção a saúde e Estatuto da cidade deixando claro ainda mais que a relação entre essas duas políticas públicas são fundamentais para a construção de uma cidade mais humana, acessível, equitativa e justa, uma cidade saudável (Tabela 04) (BRASIL, 2001,2014).

Tabela 4. Aproximações entre o Estatuto da Cidade e a PNPS de 2014

Lei 10.257/2001 (Estatuto da Cidade)	Portaria 2.446/2014 (PNPS 2014)	Os Dispositivos tratam
Art. 3º, inciso IV; Art. 41, § 3º	Art. 7º, inciso III	Mobilidade; Acessibilidade; Desenvolvimento seguro (saneamento, habitação, transporte).
Art. 1º	Art. 7º, inciso V	Bem-estar; Ambiente Saudável.
Art. 2º, inciso II; Art. 45	Art. 7º, inciso VII	Participação popular; Autonomia.

Fonte: SPERANDIO; FILHO; MATTOS (2016).

A Constituição Brasileira de 1988 atesta o lazer e a recreação como um direito do cidadão:

Art. 6 - São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desempregados, na forma desta Constituição.

Art. 227 - É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1988)

A oferta de espaços livres inclusivos, acessíveis, equitativos e sustentáveis é de extrema importância para manutenção de uma cidade saudável e para o bem estar de sua população e sua oferta tem relação direta com a qualidade de vida com a população .

3 OBJETIVOS

3.1 Geral

Analisar a distribuição espacial e conservação dos espaços livres públicos destinados à promoção a saúde na área urbana do município de Manhuaçu – MG, Brasil.

3.2 Específicos

- 1- Descrever os espaços públicos de acordo com sua localização nas regiões geográficas;
- 2- Analisar a relação entre densidade demográfica e espaços públicos de lazer disponíveis para utilização da população da área urbana de Manhuaçu;
- 3- Analisar a qualidade e a conservação das estruturas dos espaços livres públicos de lazer ofertado a população.

4 MÉTODO

4.1 Tipo de estudo

O estudo tem caráter descritivo e exploratório, caracterizando-se como uma pesquisa de campo que realiza a análise morfológica dos espaços livres públicos existentes e a densidade demográfica e populacional do município de Manhuaçu – MG.

4.2 Local do estudo

O recorte espacial para desenvolvimento deste estudo é a área urbana do Município de Manhuaçu, localizado no leste do estado de Minas Gerais, área caracterizada como “zona da Mata” Mineira. O município possui aproximadamente 89.256 habitantes e 627,281km², com aproximadamente 7,12 km² de área urbana e 46.258 habitantes (BRASIL, 2018).

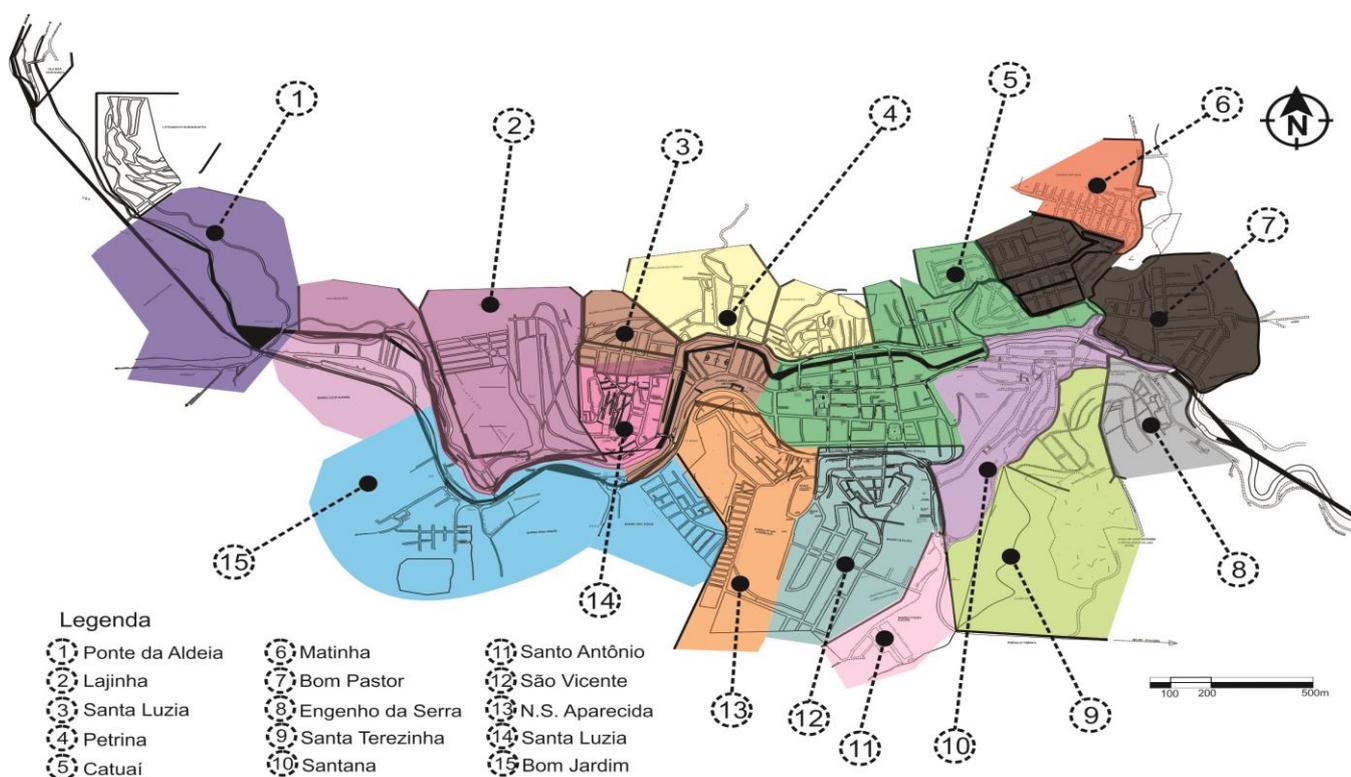
A principal fonte da economia do município é o cultivo do café, sendo referência no país. A cidade possui referência também como centro econômico de prestação de serviço de toda a região do vertente do Caparaó e abriga a melhor infraestrutura hoteleira para turismo. O município de Manhuaçu é composto além da sede por oito distritos, que são: Dom Corrêa, São Sebastião do Sacramento, Vilanova, Realeza, Ponte do Silva, São Pedro do Avaí, Palmeiras do Manhuaçu e Santo Amaro de Minas; E três vilas, que são: Palmeirinhas, Vila Formosa e Bom Jesus de Realeza. (MANHUAÇU, *on-line*, 2017).



Mapa 1 – Localização do município de Manhuaçu

Fonte: MANHUAÇU (2017) adaptado pela autora

O município de Manhuaçu possui 33 bairros (área urbana) e 11 distritos (BRASIL, 2018). Para cálculo da densidade demográfica da área urbana de Manhuaçu, foi utilizada como referência a cobertura populacional das Estratégias Saúde da Família (ESF), porém, essa referência apresenta limitações acerca da sua cobertura, cobrindo apenas 78% da área urbana do município, em função dessas limitações, os bairros Centro, Pinheiro I,II,III e IV e Bom Pastor não são adscritos pela ESF. O município possui 13 ESFs que delimitam os bairros que compõem cada ESF. Posteriormente, tem-se o território ocupado por cada ESF na malha urbana e sua respectiva população, gerando a densidade demográfica do espaço urbano estudado (Mapa 2 e Tabela 5).



Mapa 2 – Distribuição das Estratégias de Saúde da Família (ESF) no município de Manhuaçu

Fonte: MANHUAÇU (2017), (adaptado pela autora)

Tabela 5 – Relação entre a população das Estratégias de Saúde da Família (ESF) e seu território.

	ESF	POPULAÇÃO (hab)	TERRITÓRIO (km²)	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (hab/km²)
01	Ponte da Aldeia	3.196	0,806288	3,96
02	Lajinha	4.078	1,217439	3,35
03	Santa Luzia	3.268	0,448771	7,28
04	Petrina	3.454	0,472217	7,31
05	Catuai	3.012	0,290894	10,35
06	Matinha	3.408	0,246844	13,80
07	Engenho da Serra	3.337	0,262458	12,71
08	Santa Terezinha	3.365	0,196555	17,11
09	Santana	2.783	0,43798	6,35
10	Santo Antônio	5.426	0,212266	25,56
11	São Vicente	4.388	0,613446	7,15
12	N.S. Aparecida	3.862	0,582219	6,63
13	Bom Jardim	2.681	1,33365	2,01
	Total	46.258	7,121027	

Fonte: Elaborada pela autora, Manhuaçu, 2018.

O município de Manhuaçu contém 08 (oito) espaços livres públicos de lazer, que por sua vez, são caracterizados como parque de vizinhança, um dos parâmetros para a escolha dos ELPLS (Tabela 6).

Tabela 6 – Dimensão dos Espaços livres públicos de lazer de Manhuaçu

	ESPAÇO LIVRE PÚBLICO DE LAZER (ELPL)	DIMENSÃO (M²)
01	Praça Martins Fraga	1.580,36
02	Praça Antônio Brum	1.427,26
03	Praça Cordovil Pinto Coelho	3.893,51
04	Praça Cinco de Novembro	3.187,97
05	Praça Cesar Leite	5.472,10
06	Praça José Adolfo Vieira Assad	2.157,32
07	Praça José Alves da Costa	2.563,07
08	Praça Pedro Faria	3.346,76
	TOTAL	20.281,59M² 0,02028159KM²

Fonte: Elaborada pela autora, Manhuaçu, 2018.

4.3 Coleta de dados

Inicialmente, foram realizados o registro fotográfico de todos os Espaços Livres Públicos de Lazer (ELPLs), a marcação e os registros em mapa urbano disponibilizado pela prefeitura Municipal de Manhuaçu; a seguir, foram elaboradas planilhas com os dados da população (Atendimento Primário) cedida pela Secretaria de Saúde de Manhuaçu (DATASUS) e juntamente com as imagens aéreas obtidas via satélite.

Após delimitar o perímetro da área urbana de Manhuaçu-Mg, suas áreas foram separadas usando como referência a cobertura das Estratégias de saúde da Família (ESF).

A coleta de dados deu-se apenas em 08 (oito) ELPL's, pois das 11 descritas, duas não possuem mais função de praça e uma não possui metragem suficiente para ser incluída no estudo, pois o estudo dos ELPLs é caracterizado como parque de vizinhança e se baseou na sugestão de índices urbanísticos de Gomes e Queiroz (2016), assim só foram incluídas as ELPL's com área mínima de 500m² e com raio de influência de 450m, segundo sugestão de Medeiros (1975).

A contribuição das praças públicas como componente físico principal para a paisagem urbana é uma das atribuições por ter sido optada para estudo, ela oferece diversas funções específicas, que colaboram com a qualidade ambiental necessária a vitalidade da cidade, destaca-se por seu valor paisagístico e cultural, garantem opções de lazer ao ar livre, possibilitando a interação social e quando são realmente efetivadas elas contribuem para a identidade do local onde estão inseridas (MINAKI, 2007).

A definição do espaço físico delimitado pela coleta de dados segrega os espaços livres estudados e oferece os parâmetros da pesquisa.

4.4 Organização e análise de dados

A organização dos dados foi realizada por meio de planilhas do software Microsoft Excel, a partir desses resultados foram elaborados gráficos, quadros e tabelas; já para a elaboração dos mapas, foi utilizado o software de desenho Corel Draw.

Com os dados da população, localização e dimensão dos espaços livres, foi calculado o Índice de Espaços Livres Públicos de Lazer (I_{ELPL}), essa relação foi demonstrada por meio de mapas, tabelas e gráficos.

As oito praças selecionadas no município foram estudadas baseando-se no levantamento *in loco* e na análise quantitativa por meio de fichas e figuras da metodologia proposta por De Angelis (2004). (anexo 1)

O percentual de espaços livres públicos de lazer (P_{ELPL}) foi calculado como a razão entre a área total de ELPL e o território das ESF's (equação 1), considerando os espaços livres públicos de lazer caracterizados como praças, inseridos na malha urbana e excluindo aqueles que não são reconhecidos no mapa disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Manhuaçu (PMM).

$$P_{ELPL} = (\sum_{ELPL} \div T_{ESFs}) \times 100^{(1)}$$

Onde: P_{ELPL} = Percentual de espaços livres públicos de lazer; \sum_{ELPL} = Somatório dos espaços livres públicos de lazer; T_{ESFs} = Território das ESF's.

Para estimar o índice de ELPL, que é um parâmetro dependente da densidade populacional, foram considerados os ELPL's de uso coletivo e de livre acesso a população. O valor final do I_{ELPL} foi a soma dos ELPL's divididas pela população. (equação 2)

$$I_{ELPL} = \sum_{ELPL} \div D_{POP}^{(2)}$$

Onde: I_{ELPL} : Índice de Espaços livres públicos de lazer; \sum_{ELPL} : Somatório dos espaços públicos de lazer; D_{pop} : População.

A qualidade dos ELPL foi elaborada a partir de tabela avaliativa conforme a Ficha 2 (Anexo 1) da metodologia para avaliação de praças públicas proposta por De Angelis (2004), na qual é realizada uma avaliação qualitativa dos equipamentos e conservação dos ELPLs. A nota dos itens foi contabilizada da seguinte maneira: 0 – inexistente; 1 – péssimo, 2 – ruim; 3 – regular; 4 – bom; 5 – ótimo.

Dada à avaliação dos itens, contabilizou-se a condição de qualidade do ELPL, onde: 5 é a nota máxima e 0 o valor mínimo, então, para gerar o índice, foi realizada a seguinte equação:

$$Q_{ELPL} = \frac{NT_{ELPL} \times 100}{NM \times Q_{IA}^{TDE}}$$

Onde: Q_{ELPL} : Qualidade dos espaços Livres Públicos de lazer; NT_{ELPL} : nota total da ELPL; NM : Nota máxima estabelecida; Q_{IA}^{TDE} : Quantidade de itens avaliados.

O índice calculado varia de zero (Valor coincidindo com o valor inicial mínimo) e 100 (valor coincidindo com a nota máxima estabelecida), que permite a classificação em níveis de satisfação, onde: Péssimo (0 a 19%), Ruim (20% a 39%), Regular (40% a 59%), Bom (60% a 79%) e Excelente (80% a 100%).

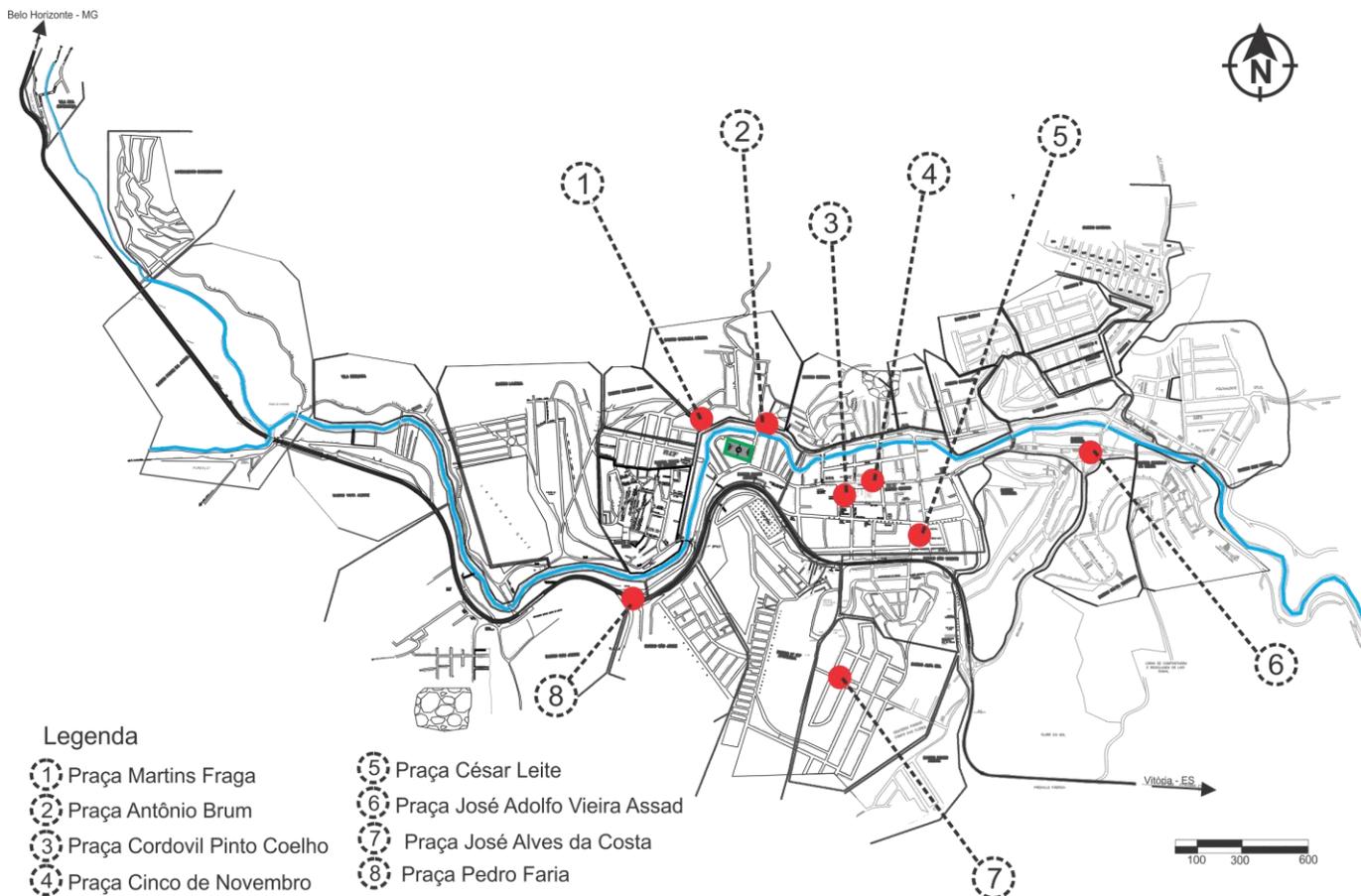
Para a classificação da tipologia dos ELPL's, foi utilizada a metodologia sugerida por De Angelis (2004), na qual são classificadas como: praça de igreja, de descanso e/ou recreação, de circulação, monumental e de significação visual, essa escolha teve como base as características das praças brasileiras.

A inserção do ELPL na malha urbana foi observada seguindo o critério no qual De Angelis (2004) afirma, que as vias públicas que contornam a praça definem a forma geométrica estabelecida. (anexo 01– Figura 1 a 5)

5 RESULTADOS

Os Espaços Livres Públicos de Lazer (ELPL) da cidade de Manhuaçu compreendem 2,85% da área das ESF's estudadas.

O Índice de Espaços Públicos de Lazer (I_{ELPL}) obtido para a cidade foi de $0,43m^2/hab$. Os ELPL's estão distribuídos na malha urbana sem padrão ou ordenação definida sendo observada a maior concentração destas áreas na região central da cidade (Mapa 3).

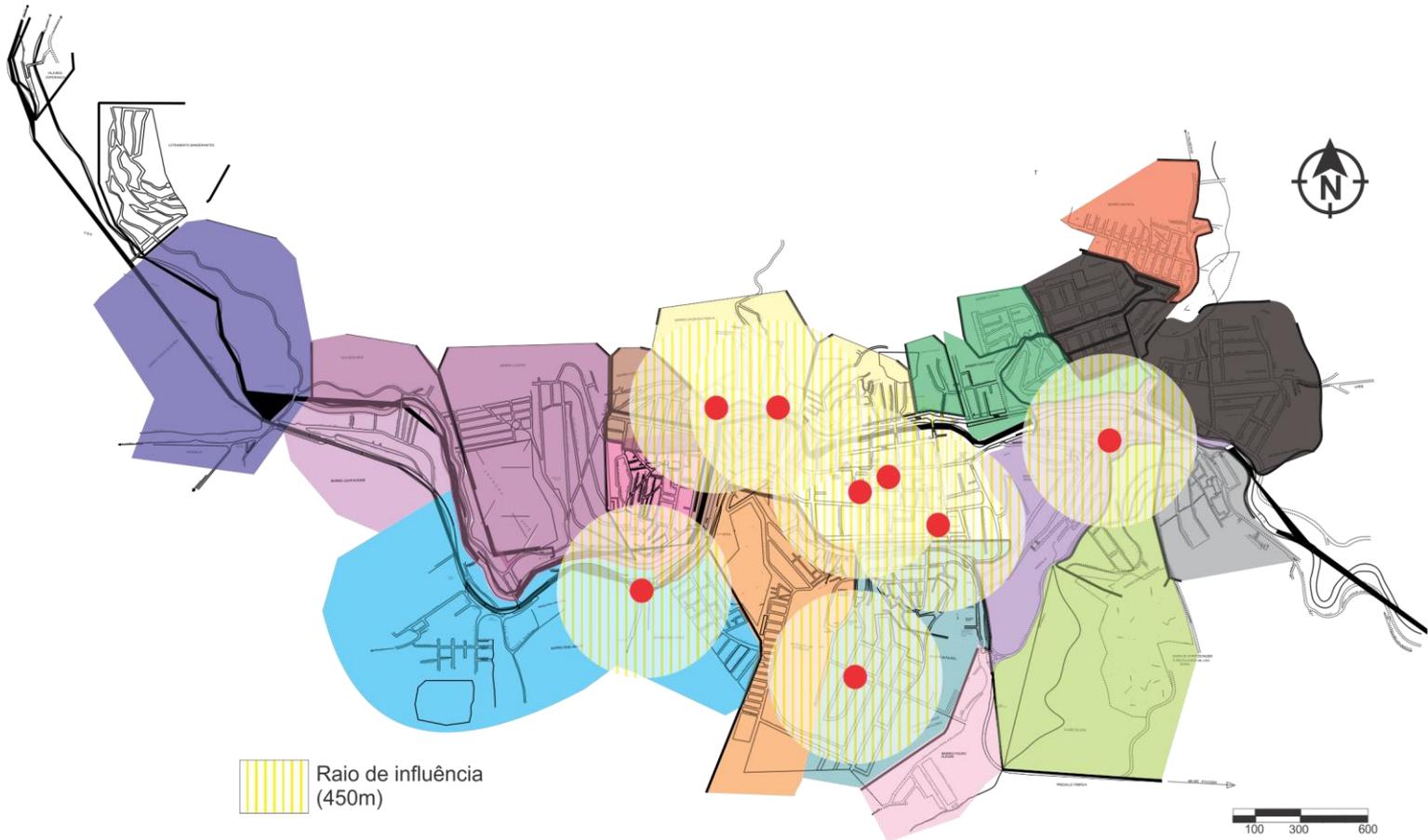


Mapa 3 – Distribuição das praças no município de Manhuaçu

Fonte: MANHUAÇU,2018 (adaptado pela autora).

Como observado no mapa acima, oito (8) das 13 ESFs estudadas não possuem I_{ELPL} , pela ausência de ELPL em seu território, o que faz a população residente destas áreas terem acesso aos ELPLs somente a partir do raio de influência estabelecido (Mapa 4).

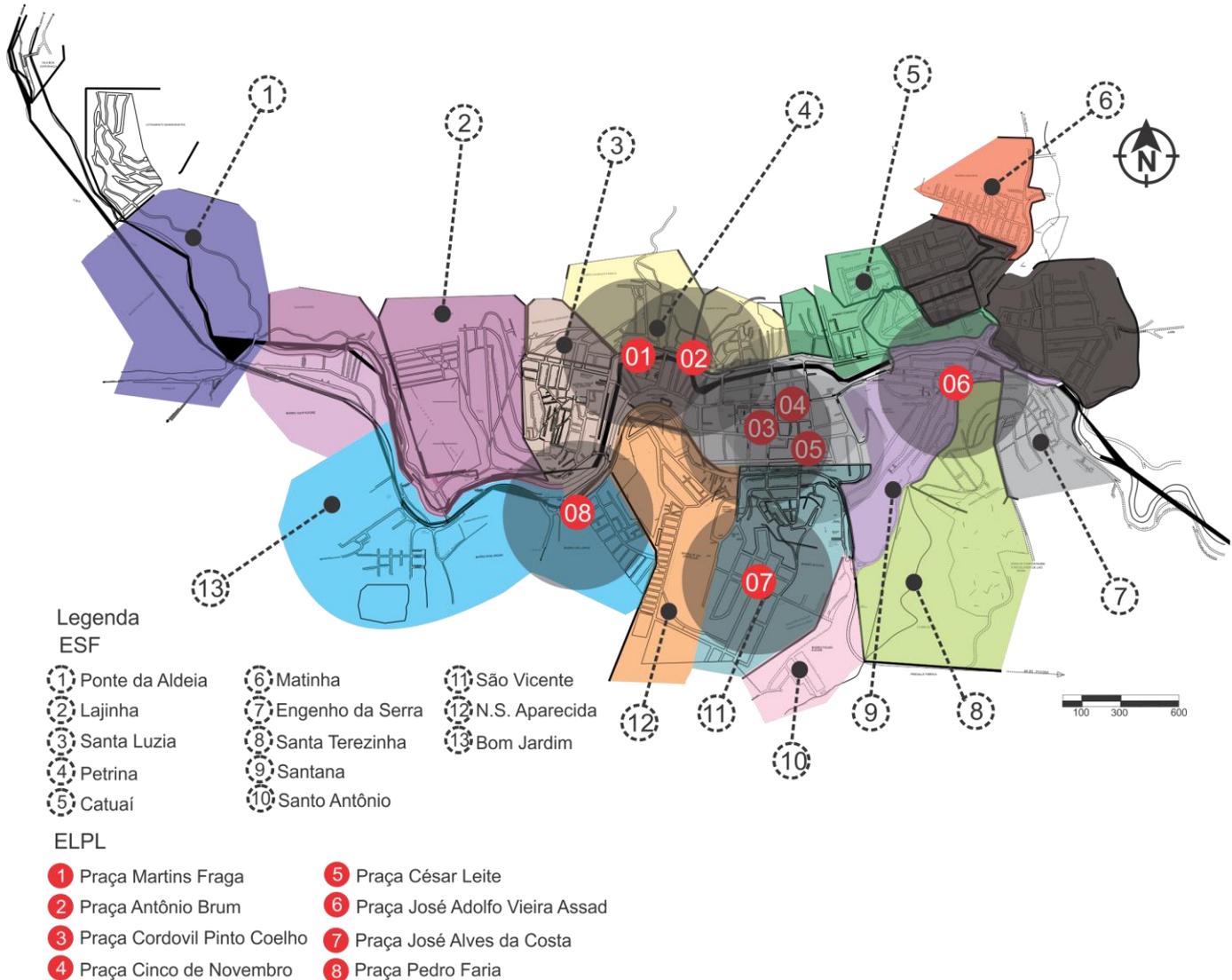
O raio de influência (450m) estabelecido para a realização deste estudo estende-se por 3,43km² do perímetro urbano, correspondendo a 48% do território analisado. (Mapa 4)



Mapa 4 – Raio de influência (450m)

Fonte: MANHUAÇU,2018 (adaptado pela autora).

A população atendida pelas ELPL's, segundo a inserção desses espaços nas ESF's (Mapa 5) é de 16.318 hab, valor correspondente a 35% dos habitantes do espaço urbano.



Mapa 5 – Relação entre ESF's e ELPL's

Fonte: MANHUAÇU,2018 (adaptado pela autora).

As ESFs 01,02,03,06,07,08,10 e 12 não possuem ELPL's, o que corresponde a 65% da população sem acesso próximo a parques de vizinhança. Ponte da Aldeia, Lajinha, Matinha, Engenho da Serra e Santa Terezinha são regiões que possuem de 0 a 20% do seu território atendido pelo raio de influência do ELPL's, conforme o Mapa 5 e Tabela 7.

Tabela 7 – Indicativos da relação entre localização e dimensão das Praças em Manhuaçu

	ESF	POPULAÇÃO (hab)	TERRITÓRIO (km²)	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (hab/km²)	% HAB	I_{ELPL} (m²/hab)	P_{ELPL} (%)
01	Ponte da Aldeia	3.196	0,806288	3,96	6,91	-----	-----
02	Lajinha	4.078	1,217439	3,35	8,81	-----	-----
03	Santa Luzia	3.268	0,448771	7,28	7,06	-----	-----
04	Petrina	3.454	0,472217	7,31	7,47	0,87	0,64
05	Catuaí	3.012	0,290894	10,35	6,51	4,17	4,31
06	Matinha	3.408	0,246844	13,80	7,37	-----	-----
07	Engenho da Serra	3.337	0,262458	12,71	7,21	-----	-----
08	Santa Terezinha	3.365	0,196555	17,11	7,27	-----	-----
09	Santana	2.783	0,43798	6,35	6,01	1,31	0,83
10	Santo Antônio	5.426	0,212266	25,56	11,7 5	-----	-----
11	São Vicente	4.388	0,613446	7,15	9,48	0,58	0,41
12	N.S. Aparecida	3.862	0,582219	6,63	8,35	-----	----
13	Bom Jardim	2.681	1,33365	2,01	5,80	1,24	0,25
	Total	46.258	7,121027		100		

Fonte: Elaborada pela autora, Manhuaçu,2018.

Das 11 ELPLs, somente 8 (oito) são caracterizadas como parque de vizinhança por possuírem área maior que 500m², dentre elas 3 (três) foram classificadas como boa (61% a 80%), 3 (três) classificadas como regular (41% a 60%) e 2 (duas) classificadas como ruim (21% a 40%), como apresentado na tabela de avaliação qualitativa dos ELPL's (tabela 8).

Tabela 8 – Classificação das Praças do município de Manhuaçu

	ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS	Área (m²)	Qualidade	Tipologia
01	Martins Fraga	1.580,36	Regular	D/R
02	Antônio Brum	1.427,26	Ruim	D/R
03	Cordovil Pinto Coelho	3.893,51	Boa	D/R, I
04	Cinco de Novembro	3.187,97	Regular	C
05	Cesar Leite	5.472,10	Boa	D/R
06	José Adolfo Vieira Assad	2.157,32	Boa	D/R
07	José Alves da Costa	2.563,07	Regular	D/R
08	Pedro Faria	3.346,76	Ruim	M

Tipologias: Descanso/ recreação (D/R), igreja (I), Circulação (C), Monumental (M) e Significação visual (SV)

Fonte: Elaborada pela autora, Manhuaçu,2018.

6 DISCUSSÃO

A análise realizada sob o aspecto da distribuição espacial, acesso e uso dos Espaços Livres Públicos (ELP's) da cidade de Manhauçu evidencia que a localização geográfica dos ELP's não possui padrão ou ordenação definido, com uma maior concentração na região central da cidade. Aponta também que há uma defasagem na quantidade de espaços livres ofertados no município como visto no resultado do índice obtido da relação entre população e acesso/oferta dos Espaços livres públicos de Lazer (ELPLs).

A Política Nacional de Promoção a Saúde (PNPSs) (2014) junto a Constituição Federal e ao Estatuto da Cidade tem o objetivo de promover a saúde por meio da infraestrutura urbana, através de políticas públicas para garantir o direito do cidadão ao acesso aos ELPLs. Para tanto, um dos fatores que implica na organização de espaços urbanos é a localização geográfica dessas ELPLs.

Cavalheiro e Nucci (1998) têm como principal objetivo de seu estudo, a avaliação da qualidade da vida urbana por meio de parâmetros ambientais, onde ele apresenta índices que variam de 30 a 0,75m²/hab, assim como a análise espacial realizada neste presente estudo da cidade de Manhauçu, que tem como um dos pontos observados a localização onde os ELPL's estão inseridos e sua relação entre população e acesso aos ELPL's.

Como observado, a distribuição espacial das ELPLs, mesmo que não tenham padrão definido, chama-se atenção pela sua localização, pois predomina a região central, deixando a região da periferia sem acesso/oferta. Nesse sentido, sabe-se que esses espaços dão vitalidade à cidade sendo primordiais para a promoção de uma vida mais saudável para a população e para possibilitar agregação de valor à vida na cidade (GEHL, 2013); entretanto, esses devem ser acessíveis a toda população de forma igualitária, o que não ocorre na cidade, visto a concentração dos ELPL's na região central do município.

É direito do cidadão e faz parte do escopo do Poder Público fornecer um sistema de espaços para a sociedade onde ela possa desfrutar do lazer, principalmente as crianças e idosos. Local onde a população possa usufruir destes momentos de lazer da forma como desejarem, sendo também dever do Poder

Público fornecer possibilidade de recreação passiva e ativa ao ar livre para todas as idades e classes sociais (NUCCI,2001).

Mascaró (2008) e Gomes; Queiroz (2016) defendem a ideia de que essa distribuição deve ser igual para todas as regiões do município, sugerindo que o índice urbanístico para espaços livres devem estar entre 0,75 e 3,0 m²/hab, o que diverge da realidade deste estudo. O comprometimento da qualidade ambiental urbana está diretamente ligado à falta da implantação de políticas públicas para geração de recursos a fim de diminuir essa carência de Espaços Livres Públicos ofertados para o lazer e recreação.

Maropo et al.(2019) apontam que o modelo atual de planejamento urbano trazem mais ofertas de soluções para os veículos motorizados, que geram impactos negativos a cidade do ponto de vista do aumento da infraestrutura cinza e diminuição da verde.

Ainda apontam que os espaços livres públicos devem ser incorporados pelo bairro, “propondo-se uma grande área para um equipamento público que fomente a convivência, cultura e esportes na comunidade” (Maropo et al., 2019, p.13).

De Angelis et al. (2004) elaboram uma metodologia que tem por objetivo auxiliar no cadastramento, diagnóstico, levantamento e avaliação das praças públicas do Brasil, afirmando que cada um desses espaços deve ser avaliado conforme o local onde está inserido, atendendo às necessidades específicas da população que usufrui da área.

Cada praça possui características socioambientais específicas que irão favorecer ou coibir sua utilização e diversos tipos de comportamentos. Por esse fator, Viegas et al. (2014) alegam que a transposição de resultados pode não ser adequada a outros locais, devendo ser realizada uma nova pesquisa para cada espaço estudado, de modo criterioso, como sugerido por De Angelis et al. (2004), de modo a desenvolver a metodologia que foi seguida neste estudo.

Fernandez (2012) afirma que para avaliar qualitativamente o espaço livre público como bem sucedido, ele tem que possuir cinco qualidades chaves, a saber: acessibilidade, ter espaço destinado a atividades diversas, ser um local para socialização, ser confortável e de ter boa imagem.

O espaço público não deve apenas existir, há lugares que deveriam ser evitados devido à precariedade da infraestrutura do local, ofertando baixa qualidade

ao uso humano, “ A identificação dos espaços livres deve vir acompanhada por sua caracterização e avaliação de sua qualidade” (NUCCI, 2001, p.110).

Assim, as praças selecionadas para estudo possuem classificação qualitativa seguindo as fichas metodológicas de De Angelis (2004), com resultados bem diversos, chamando atenção para a diferença de qualidade da infraestrutura geral dos espaços livres públicos.

Na região central da cidade, local em que os ELPL's são bem conservados, há uma preocupação com o traçado dos caminhos, arborização e paisagismo, cuidados nos bancos e na iluminação; enquanto nas praças mais periféricas, a escassez/inexistência de equipamentos e a falta de conservação levam a um abandono por parte da população.

O mau uso ou a falta de uso transformam os espaços livres públicos, em locais perigosos e marginalizados, gerando uma discriminação e desvalorização do espaço, influenciando negativamente na qualidade ambiental do bairro no qual está inserido, ao invés de contribuir para a qualidade de vida da população. Assim como De Oliveira; Mascaró (2007) relatam em seu estudo a importância que a manutenção e a conservação dos espaços urbanos influenciam diretamente no uso desse local.

Silva; Lopes; Lopes (2009,p.77) relataram que “O resgate de um espaço público é importante por representar o patrimônio histórico e cultural ligado à imagem da cidade” sendo de extrema importância a apropriação destes espaços por parte da população.

Visto isso, estes espaços tem a obrigação de atrair a população, uma vez que os cidadãos têm que se apropriar do espaço para dar vitalidade a ele; para isso, o local deve ser convidativo, com variedade de equipamentos, infraestrutura adequada e com uma boa conservação, como relatado no estudo de Liberalino (2011). Nesse sentido, os ELPL's estudados possuem nítida diferenciação no nível de qualidade quando levado em consideração o local no qual os espaços estudados estão inseridos; as praças centrais são mais conservadas e com melhor infraestrutura enquanto as praças localizadas em bairros mais distantes do centro encontram-se negligenciadas.

O mobiliário urbano, assim como a iluminação, arborização e paisagismo, são elementos que necessitam estar em harmonia, não existe números ou condições ideais para quantificar, nem classificar esses itens, eles têm que ser avaliados em conjunto. A quantidade de bancos numa praça ou equipamentos de ginástica são

variáveis de acordo com a tipologia do espaço, o uso ao qual está destinado e a sua dimensão, então, para uma análise de qualidade da infraestrutura, leva-se em consideração a harmonia de todos os elementos em relação ao espaço em que eles estão inseridos, De Angelis (2004) fomenta esta discussão quando elabora uma ficha para avaliação qualitativa das praças, na qual todos os itens são levados em consideração, recebem uma nota, para, ao final, classificar o espaço como adequado ou não.

Seguindo esta metodologia, foram selecionadas algumas praças na cidade de Manhuaçu, de acordo com os critérios de avaliação sugeridos por De Angelis (2004), preenchida a ficha e realizado o estudo em campo, o resultado obtido foi de que as praças analisadas que se encontram na área central possuem maiores dimensões e infraestrutura adequada ao uso ao qual sua tipologia é destinada, além de serem mais bem conservadas que as demais estudadas que não se encontram na região central.

De modo geral, a avaliação em relação à qualidade dos Espaços Livres ao seu uso referente à possibilidade de recreação, as praças do município de Manhuaçu, apontaram os seguintes problemas com relação a sua localização e relação com o entorno: o acesso às praças é dificultado pelo tráfego intenso das ruas que delimitam sua área, impossibilitando o caminhar tranquilo dos cidadãos em seu perímetro e existe uma falta de isolamento das praças em relação às ruas que as confrontam, trazendo insegurança aos usuários e transtornos com relação à poluição sonora, visual e atmosférica.

Da análise com relação às funções exercidas nas praças, a avaliação foi que em algumas destas praças há uma grande quantidade de pessoas utilizando o espaço por falta de opções para lazer, existe uma mistura de usos e de faixas etárias, devido a carência de espaços e falta da delimitação de áreas propícias a determinados fins/ utilização, há pouco trabalho paisagístico e de traçado de caminhos, o que mostra um desleixo em relação à estética do espaço, falta infraestrutura como bebedouros, sanitários *etc.* e como fator principal a falta de segurança, na maioria das praças, o que faz com que sua utilização seja prejudicada e de certo modo decaindo.

O município tem que oferecer oportunidades de forma igualitária em todas as regiões da cidade de espaços em que sejam colocadas em prática a dignidade da pessoa, espaços onde todos possuam os mesmos direitos e o mesmo sentimento de

apropriação, como locais que são projetados para ofertar à população diversos tipos de conexões sociais, de promoção à saúde e lazer, assim como previsto na lei do Estatuto da Cidade, na PNPS e na Constituição Federal.

Ocorreu uma diferenciação de conservação/manutenção entre diversas áreas do município, fato este que pode estar relacionada a gestão municipal para o cumprimento de políticas públicas em vigência, que asseguram a todo o cidadão o direito da acessibilidade aos espaços destinados ao lazer/recreação da população, independente de sua condição financeira ou local que reside, o direito a equidade e justiça social como fatores fundamentais para a manutenção de cidades saudáveis propostos na Política Nacional de Promoção a Saúde junto ao Estatuto da cidade e Constituição Federal.

Os espaços livres públicos de lazer bem conservados asseguram a redução da vulnerabilidade humana, oferecendo estruturas que possibilitem o convívio social e o pertencimento ao local onde vivem, fatores estes também explanados no estudo de Sperandio; Filho; Mattos (2016), buscando alcançar uma qualidade ambiental para apoio a vivência da população no meio urbano.

O contato com a natureza, a prática de exercícios físicos e o convívio com outras pessoas auxilia a política nacional de promoção a saúde (PNPS) no combate as doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), que atualmente estão se elevando nas cidades, gerando maior custo ao governo com o tratamento dessas doenças além de acarretar numa diminuição de mortes prematuras e incapacidades.

A qualidade ambiental urbana é medida levando em consideração os aspectos de distribuição, acesso, uso e qualidade dos espaços públicos ofertados (DE OLIVEIRA; MASCARÓ, 2007); visto isso, a cidade de Manhauçu, como mostrado no estudo, encontra-se com tanto baixos índices de distribuição quanto de qualidade, sendo observada baixa ou inexistente oferta de ELPL em diversos bairros da cidade e nos bairros que não se encontram na região central e possuem ELPL, possuem esse espaço mal conservado e com pouca atratividade, acarretando em locais propícios a usos inadequados e impróprios, tornando-os lugares perigosos, sendo abandonados cada vez mais pela população.

O aumento da oferta de espaços livres públicos atrativos, conservados e com infraestrutura de qualidade para a população da cidade de Manhauçu é muito relevante para a melhora da qualidade de vida da população, incentivando a

socialização, auxiliando no combate ao sedentarismo, ofertando recreação aos idosos e as crianças, ampliando as opções de lazer no município.

Com o aumento de oferta de ELPL's no município, a população terá mais acesso a possibilidade de recreação passiva e ativa de forma gratuita e próxima a sua residência, incentivando a prática de um modo de vida mais ativo e saudável, fornecendo possibilidades de maior interação e convívio social além do contato direto com o ambiente natural oferecido no espaço construído pelos ELPL's.

7 CONCLUSÃO

Após a avaliação dos índices urbanísticos para a implantação de praças de vizinhança na cidade de Manhuaçu, o índice do município foi considerado abaixo do que seria o ideal para poder ser considerada uma cidade com uma boa qualidade ambiental.

Evidencia-se uma desigualdade na oferta dos espaços públicos, a região central, mais antiga possui maior concentração desses espaços, enquanto na região periférica, há a escassez desses espaços públicos.

A qualidade dos espaços oferecidos a população também deve ser levado em conta, pois os espaços livres públicos de lazer (ELPL's) bem projetados, com funções definidas, espaços devidamente organizados além de usos delimitados e separados de forma a ofertar a população lazer de acordo com a sua faixa etária é de grande importância para sua boa utilização e pertencimento da praça pela população. Este pertencimento auxilia na manutenção e conseqüentemente na segurança do local, pois ele será muito mais usufruído.

A avaliação da qualidade individual dos espaços públicos ofertados mostrou que apenas três das oito praças estudadas possuíram classificação boa, evidenciando que, além de carência de espaços públicos ofertados à comunidade, a maior parcela desta oferta é de espaços públicos de qualidade regular a ruim.

Conclui-se então que o Poder Público deve ofertar espaços seguros, equitativos, acessíveis, com diversas funções para a recreação passiva e ativa visto que esses espaços contribuem para a qualidade de vida da população, interação social e contato com a natureza, o que diminui os índices de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) e possibilita uma vida mais saudável as pessoas que habitam o município.

As perspectivas futuras deste estudo são o auxílio ao poder público na identificação da defasagem de espaços públicos de lazer para a população de Manhuaçu, com este estudo há também a perspectiva de ofertar novos espaços públicos a regiões que se encontram carentes destes locais.

Propõe-se futuramente uma abrangência da pesquisa, delimitando o estudo individual de cada espaço público existente, para uma análise específica de seus problemas pontuais, sugerindo soluções para estes.

REFERÊNCIAS

BARGOS, Danúbia Caporusso; MATIAS, Lindon Fonseca. Áreas verdes urbanas: um estudo de revisão e proposta conceitual. **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, v. 6, n. 3, p. 172-188, 2019. Disponível em: http://www.revsbau.esalq.usp.br/artigos_cientificos/artigo169-publicacao.pdf Acesso em: 16 dez.2017

DO BRASIL, Constituição Federal. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 2010.

BRASIL. **IBGE**. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/> . Acesso em: 16 dez.2017

BRASIL. **Lei n. 10.257**, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. *Diário Oficial da União* 2001; 11 jul.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. 3ª ed. Brasília: MS; 2010. p. 17-19.

BRASIL. Portaria nº 2.446, de 11 de novembro de 2014. Redefine a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS). **Diário Oficial da União**, 2014.

CAVALHEIRO, Felisberto; NUCCI, João Carlos. Espaços livres e qualidade de vida urbana. **Paisagem e ambiente**, n. 11, p. 277-288, 1998. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2359-5361.v0i11p277-288>. Acesso em: 19 out.2018

DE ANGELIS, Bruno Luiz Domingos; CASTRO, Rosanda Miranda de; DE ANGELIS

NETO, Generoso. Metodologia para levantamento, cadastramento, diagnóstico e avaliação de praças no Brasil. **Engenharia Civil**, v. 4, n. 1, p. 57-70, 2004.

DE OLIVEIRA, Lucimara Albieri; MASCARÓ, Juan José. Análise da qualidade de vida urbana sob a ótica dos espaços públicos de lazer. **Ambiente construído**, v. 7, n. 2, p. 59-69, 2007

FERNANDES, Ana Cristina Teixeira Dias et al. **Metodologias de avaliação da qualidade dos espaços públicos**. 2012. Dissertação de mestrado, Porto: Faculdade de Engenharia, Universidade do Porto.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. Tradução Anita Di Marco. São Paulo, Perspectiva, 2013.

GOMES, Márcio Fernando; QUEIROZ, Deise Regina Elias. Estudo dos espaços livres e áreas de lazer na cidade de Araçatuba-Sp. **Caminhos de Geografia**, v. 18, n.61, p.165-179. ISSN1678-6343. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/35800>>. Acesso em: 16 dez. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.14393/RCG186111>.

GRÖNING, Gert. Zur problemorientierten Sortierung von Freiräumen. **Das Gartenamt, H**, v. 10, p. 601-607, 1976.

JAMBOR, I.; SZILAGYI, K. Grunplanung im Rahmen der Stadtentwicklung. **Garten+Landschaft= Landscape architecture+ planning**, 1984.

LLARDENT, Luis Rodríguez-Avial. **Zonas verdes y espacios libres en la ciudad**. Inst. de Estudios de Administración Local..., Madri , 538p, 1982.

LIBERALINO, Cintia Camila. **Praça: lugar de lazer: relações entre características ambientais e comportamentais na Praça Kalina Maia Natal RN**. 2011. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

MACHADO DA LUZ, Giordana; KUHNNEN, Ariane. O uso dos espaços urbanos pelas crianças: explorando o comportamento do brincar em praças públicas. **Psicologia: reflexão e crítica**, v. 26, n. 3, 2013. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722013000300015>

MANHUAÇU. **Prefeitura Municipal de Manhuaçu**. Disponível em: <<http://www.manhuacu.mg.gov.br>> acesso em 16 dez.2017.

MAROPO, Vivianne Lisbethe Bezerra et al. Planejamento urbano sustentável: um estudo para implantação de infraestrutura verde no Bairro Bancários, João Pessoa-PB, Brasil. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, [S.l.], v. 11, maio 2019. ISSN 2175-3369. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/Urbe/article/view/24275/23394>>. Acesso em: 30 set. 2019.

MASCARÓ, Juan Luís. **Infraestrutura da paisagem**. Porto Alegre: Masquatro Editora, 194p, 2008.

MAZZEI, K.; COLSESANTI, M.T.M.; SANTOS, D.G. Áreas verdes urbanas, espaços livres para o lazer. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, MG, v.19, n.1, p 33-43, jun. 2007.

MEDEIROS, Ethel Bauzer. **O lazer no planejamento urbano**. Rio de Janeiro: FGV, 264p, 1975.

MORAES, Paulo et al. Projeto Saúde na Praça: uma experiência de promoção da saúde em Araraquara-SP. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, v. 15, n. 4, p. 255-259, 2010.

MINAKI, Mônica. **As praças públicas de Araçatuba/SP: análise de um indicador da qualidade ambiental urbana**. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, 2007.

NUCCI, João Carlos. **Qualidade Ambiental e Adensamento Urbano: um Estudo de Ecologia e Planejamento da Paisagem aplicado ao distrito de Santa Cecília (MSP)**. São Paulo, Humanitas/FFLCH/USP, 2001. ISBN 978-85-908251-0-4

OLIVEIRA, C.H. **Planejamento ambiental na cidade de São Carlos (SP) com ênfase nas áreas públicas e áreas verdes: diagnóstico e propostas**. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Recursos Naturais) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 1996.

ROBBA, Fábio; MACEDO, Silvio Soares. **Praças brasileiras** (2. ed.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 312p, 2003.

SÁ CARNEIRO, Ana Rita, MESQUITA, Liana de Barros. **Espaços Livres do Recife**. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife; Universidade Federal de Pernambuco, 193p, 2000.

SBAU. Sociedade Brasileira de Arborização Urbana. **Carta a Londrina e Ibiporã**. Boletim Informativo. v. 3, n.5, p.3, 1996.

SILVA, Guilhermina Castro; LOPES, Wilza Gomes Reis; LOPES, João Batista. Aspectos relacionados ao uso e apropriação de praças em áreas centrais de cidades: transformações e permanências. **Raega - O Espaço Geográfico em Análise**, [S.l.], v. 18, out. 2009. ISSN 2177-2738. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/13555/10963>>. Acesso em: 07 mar. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.5380/raega.v18i0.13555>.

SLIWANY, Regina Maria. **Estatística social: como medir a qualidade de vida**. Curitiba: Araucária Cultural, 108p, 1987.

SPERANDIO, Ana Maria Girotti; FRANCISCO FILHO, Lauro Luiz; MATTOS, Thiago Pedrosa. Política de promoção da saúde e planejamento urbano: articulações para o desenvolvimento da cidade saudável. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, p. 1931-1938, 2016. Acesso em: 19 out.2018

VIEGAS, Cíntia Camila Liberalino; DA SILVA, Eduardo Alexandre Ribeiro; ELALI, Gleice Azambuja. Um oásis urbano: dois estudos das interações pessoa-ambiente na Praça Kalina Maia, Natal/RN. **Psico**, v. 45, n. 3, p. 305-315, 2014.

ANEXO 1– Ficha 1, Ficha 2 e Figuras de 1 a 5 da Metodologia de De Angelis (2004)

Ficha 1 - LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DOS EQUIPAMENTOS E ESTRUTURAS EXISTENTES

NOME DA PRAÇA: _____

LOCALIZAÇÃO: _____

FORMA GEOMÉTRICA:

QUADRANGULAR CIRCULAR RETANGULAR OUTRA: _____

ÁREA: _____ m²

DATA DA AVALIAÇÃO: _____ / _____ / _____

EQUIPAMENTOS/ESTRUTURAS	SIM	NAO	QUANTIDADE
1. Bancos - material:			
2. Iluminação: - alta() - baixa()			
3. Lixeiras			
4. Sanitários			
5. Telefone público			
6. Bebedouros			
7. Caminhos – material:			
8. Palco/coreto			
9. Obra de arte – qual:			
10. Espelho d'água/chafariz			
11 Estacionamento			
12. Ponto de ônibus			
13. Ponto de táxi			
14. Quadra esportiva			
15. Para prática de exercícios físicos			
16. Para terceira idade			
17. Parque infantil			
18. Banca de revista			
19. Quiosque de alimentação e/ou similar			
20. Identificação			
21. Edificação institucional			
22. Templo religioso			

Ficha 2 - AVALIAÇÃO QUALITATIVA

ESTRUTURAS AVALIADAS	NOTA	AUSÊNCIA
01. Bancos		
02. Iluminação alta		
03. Iluminação baixa		
04. Lixeiras		
05. Sanitários		
06. Telefone público		
07. Bebedouros		
08. Piso		
09. Traçado dos caminhos		
10. Palco/coreto		
11. Monumento		
12. Espelho d'água/chafariz		
13. Estacionamento		
14. Ponto de ônibus		
15. Ponto de táxi		
16. Quadra esportiva		
17. Equipamentos para exercícios físicos		

18. Estrutura para terceira idade		
19. Parque infantil		
20. Banca de revista		
21. Quiosque para alimentação e/ou similar		
22. Vegetação		
23. Paisagismo		
24. Localização		
25. Conservação/limpeza		
26. Segurança		
27. Conforto ambiental		

Inserção da praça na trama urbana

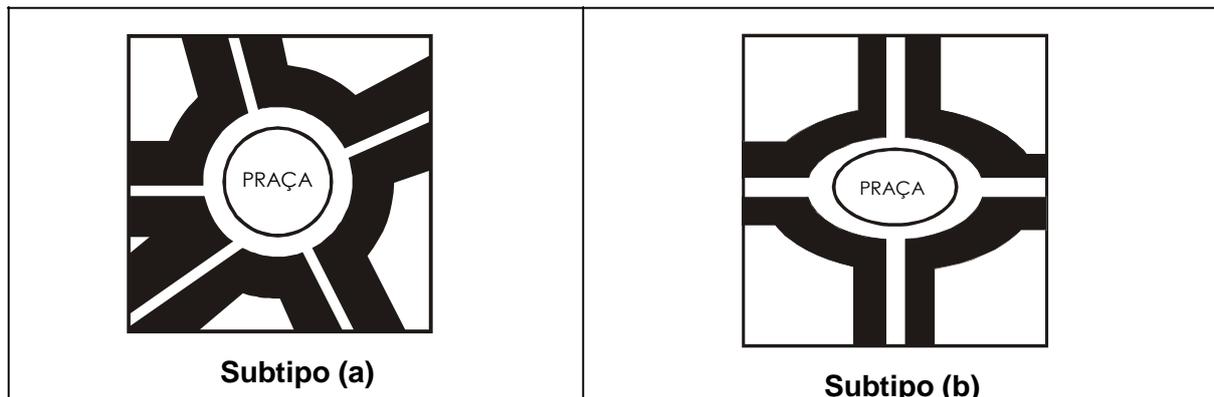


Figura 1 – Esquema de praças conformadas por uma via

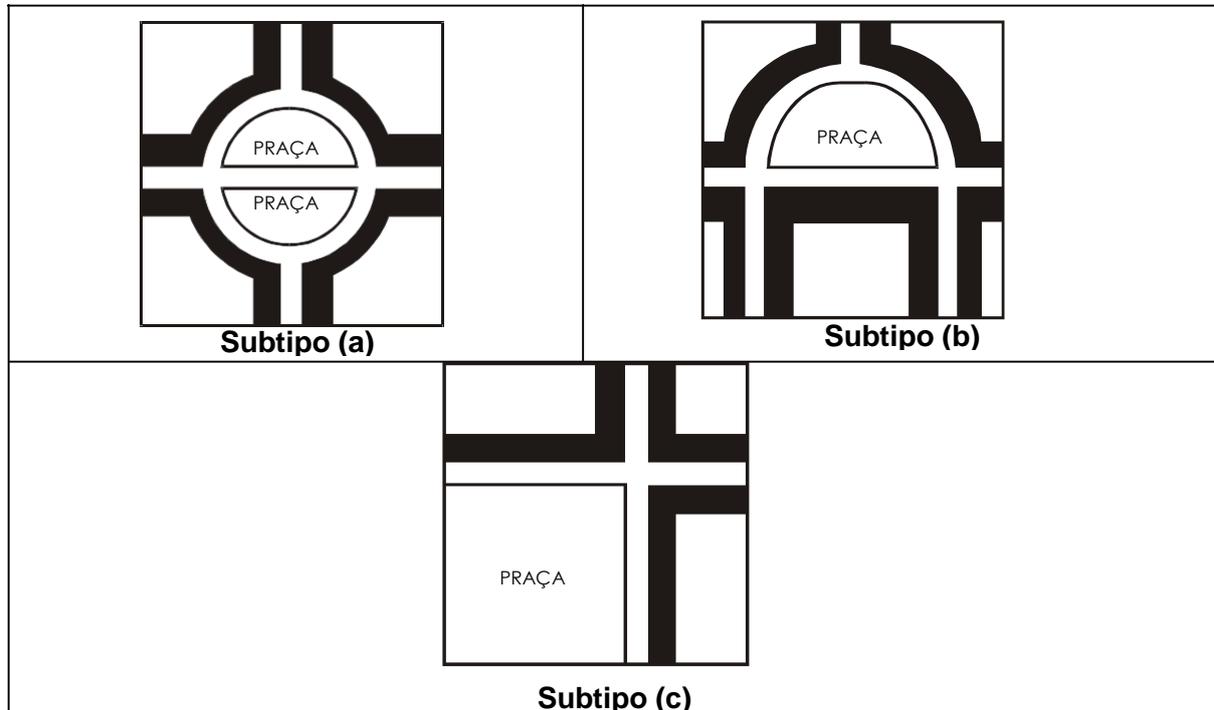


Figura 2 – Esquema de praças conformadas por 2 vias

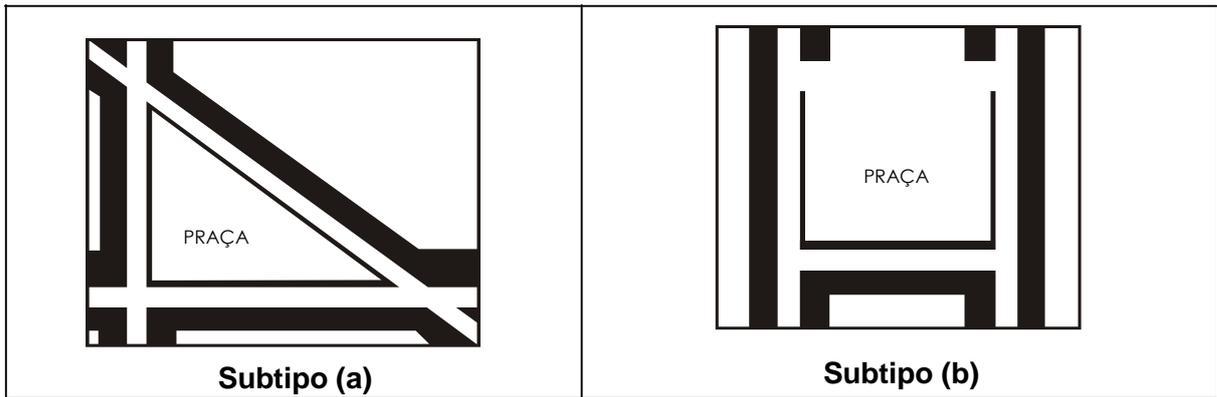


Figura 3 – Esquema de praças conformadas por 3 vias

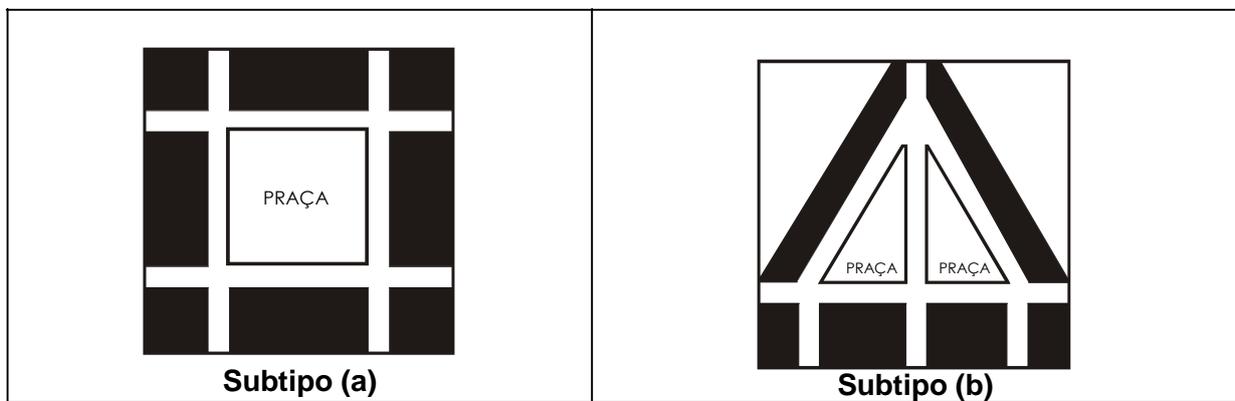


Figura 4 – Esquema de praças conformadas por vias

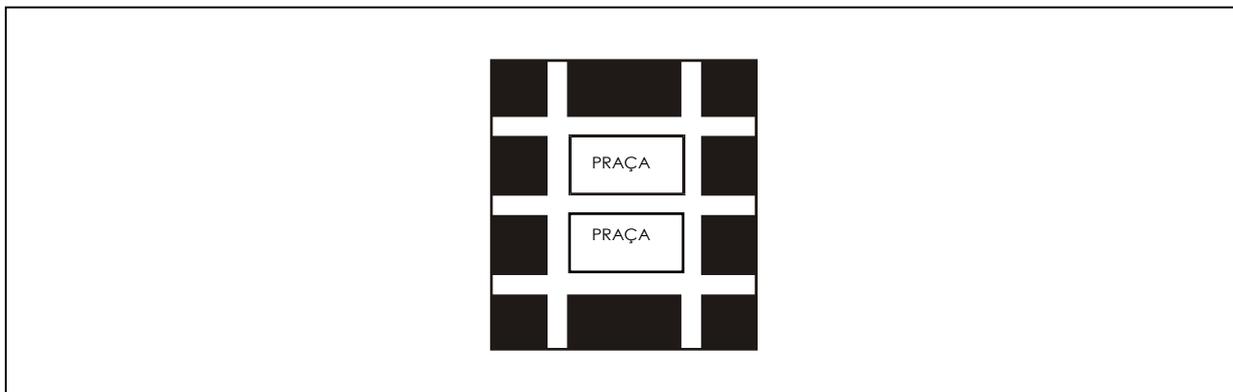


Figura 5 – Esquema de praças conformadas por 5 vias

ANEXO 02 – ANÁLISE INDIVIDUAL DAS PRAÇAS DE MANHUAÇU

01 – PRAÇA MARTINS FRAGA

Localizada no bairro Sagrada Família na ESF Santa Luzia, também conhecida como praça do parquinho, possui 1.580,36 m² de área, é bastante arborizada e possui equipamento para ginastica. (Figura 03)

Observando todos os aspectos da praça, quanto a sua avaliação qualitativa com base na Ficha 02 do Anexo 01, a nota obtida foi 71, obtendo um percentual de 53% sendo considerada regular. (Anexo2)

De acordo com o levantamento realizado *in loco*, a vegetação predominante é de árvores de grande porte, possibilitando um conforto térmico à população que usufrui deste ELPL.

Figura 03 – Praça Martins Fraga



Fonte: Prefeitura Municipal de Manhuaçu (2019)

Segundo a classificação prevista por De Angelis (2004), pode-se afirmar que a inserção da praça na malha urbana possui forma retangular e triangular, cortada por uma via, onde possui duas vias que convergem para a via principal de informação da praça, como se observa na figura 04.

Figura 04 – Implantação esquemática da Praça Martins Fraga



Fonte: Google Earth, 2019 (Adaptada pela autora)

A tipologia da praça é de descanso e/ou recreação, possui um fluxo regular de público, pois oferece aparelhos de ginástica destinados a promoção da saúde da população. O seu entorno é marcado pelo uso residencial e comercial (via principal).

O pavimento da praça é de piso intertravado, que se encontra em bom estado, possui quantidade excelente de bancos de concreto que seguem as curvas do desenho dos caminhos.

A área de recreação para idosos possui bancos quebrados, o telefone público existente não funciona e a única lixeira da praça está na área externa, no passeio e é utilizada como lixeira comunitária das residências do entorno, estando quase que permanentemente cheia.

02 – PRAÇA ANTÔNIO BRUM

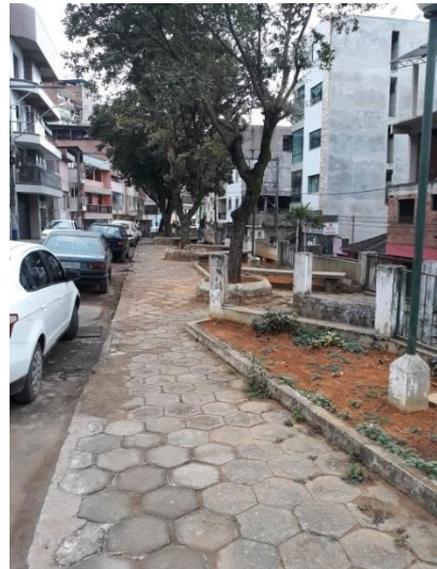
Localizada no bairro Sagrada Família, possui 1.427,26m², possui a tipologia de praça de recreação e/ou descanso, é bem arborizada e possui desnível e caminhos caracterizados por jardins. Não possui equipamento para recreação e a iluminação se encontra bastante precária. A sua pavimentação é com piso em bloquete e seus bancos e jardineiras em concreto. (figura 05(a) e figura 05 (b))

Figura 05 (a)– Praça Antônio Brum



Fonte: Acervo da autora

figura 05 (b) – Praça Antônio Brum



Fonte: Acervo da autora

Local de encontro dos jovens do bairro possui estacionamento em sua extremidade e uma escadaria que faz ligação da Rua Juquinha Santana com a Rua Olímpio Vargas. (figura 06)

Figura 06 – Desnível entre as ruas Juquinha Santana e Olímpio Vargas



Fonte: Prefeitura Municipal de Manhuaçu (2019)

Observando todos os aspectos da praça, quanto a sua avaliação qualitativa com base na Ficha 02 do Anexo 01, a nota obtida foi 40, obtendo um percentual de 30% sendo considerada ruim.

Segundo a classificação prevista por De Angelis (2004), pode-se afirmar que a inserção da praça na malha urbana possui forma retangular, possui uma via secundária que dá acesso ao bairro e não possui saída e converge para a via principal de informação da praça como se observa na figura 07.

Figura 07 - Implantação esquemática da Praça Antônio Brum



Fonte: Google Earth, 2019 (Adaptada pela autora)

03 - PRAÇA CORDOVIL PINTO COELHO

Localizada no Bairro Centro, a Praça Cordovil Pinto Coelho tem 3.893,51m² de área, também é conhecida como a Praça Matriz, sendo um dos principais cartões postais da cidade. Bastante arborizada, é caracterizada como praça de igreja, por estar a frente da Igreja Matriz de Manhuaçu e de descanso e/ou recreação, pois

eventualmente abriga feiras de artesanato e outras diversas atividades para a comunidade (Figura 08 e 09).

Mesmo estando no centro da cidade, ela é considerada segura, pois possui um posto policial, ponto de táxi, ponto de ônibus e quiosque, que fazem com que a praça seja sempre movimentada. O seu entorno é marcado pelo uso comercial.

Por ser uma das mais antigas praças da cidade, ela possui uma vegetação bastante densa, composta por palmeiras imperiais e árvores de copa alta, produzem sombreamento que auxilia no conforto térmico e ambiental da praça, mas em alguns momentos podem ser perigosas, pois suas folhas caem, amassando carros e podendo ferir as pessoas que utilizam da praça.

Observando todos os aspectos da praça, quanto a sua avaliação qualitativa com base na Ficha 02 do Anexo 01, a nota obtida foi 85, obtendo um percentual de 63%, sendo considerada boa (Tabela 08).

Figura 08 – Feira de artesanato



Figura 09 – Feira gastronômica



Fonte: Prefeitura Municipal de Manhuaçu (2019)

A tipologia da praça de acordo com a metodologia adotada para a classificação de praças propostas por De Angelis (2004), é de Praça de Igreja, pois conforme mencionado anteriormente, comporta a Igreja Matriz da cidade de Manhuaçu.

O pavimento da praça é de Pedra Portuguesa assentada em dois tons, que se encontra em bom estado, possui quantidade excelente de bancos de concreto que são ofertados, além de estarem em ótimo estado de conservação.

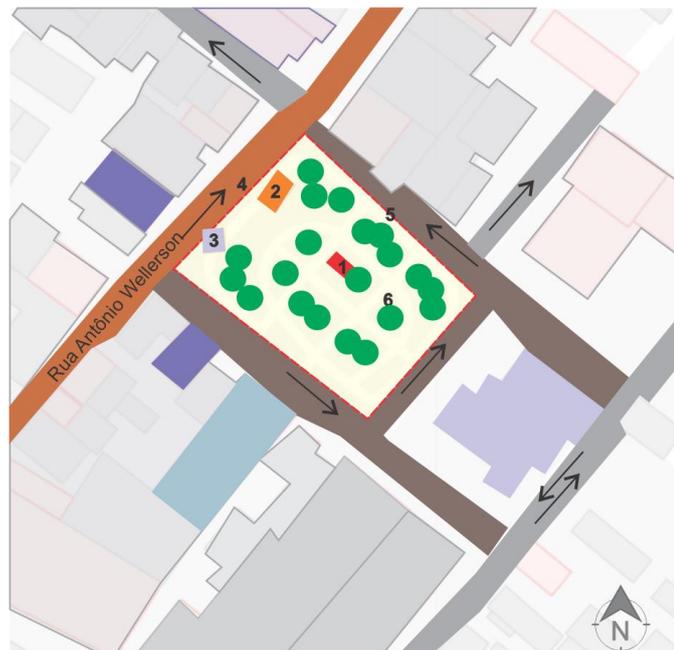
Segundo a classificação prevista por De Angelis (2004), pode-se afirmar que a inserção da praça na malha urbana possui forma quadrangular, conformada por 4 vias, como se observa na figura 11.

Figura 10 – Vista de topo da Praça Cordovil Pinto Coelho



Fonte: Prefeitura Municipal de Manhauçu (2019)

Figura 11 - Implantação esquemática da Praça Cordovil Pinto Coelho



- Legenda:
- | | |
|--|----------------------------------|
| Limite da praça Cordovil Pinto Coelho | Vegetação alta |
| Vias de conformação da praça | 1 Posto policial |
| Via de fluxo próximo a praça | 2 Coreto/ palco |
| Igreja Matriz | 3 Quiosque de alimentação |
| Uso Misto (comercial, serviços e residencial) | 4 Ponto de ônibus |
| Supermercado Coelho Diniz | 5 Ponto de taxi |
| Bancos | 6 Sanitários |
| | → Sentido das vias |

Fonte: Google Earth, 2019 (Adaptada pela autora)

04 - PRAÇA 05 DE NOVEMBRO

Localizada no bairro Centro, a Praça Cinco de Novembro possui 3.187,97m² de área e é caracterizada como praça de circulação. Possui bancos de concreto em toda sua extensão, lixeiras, duas bancas de revista, edificação de caráter religioso, edifício dos correios e a sede da Prefeitura Municipal de Manhuaçu. O monumento ao bandeirante que é um importante elemento de destaque da identidade da cidade está presente em uma de suas extremidades (Figura 12).

O uso comercial prevalece no seu entorno. Possui uma boa quantidade de árvores, o que gera um conforto ambiental; porém, não possui um trabalho paisagístico que enriqueça esse espaço da cidade, mesmo sendo um local que possui um número grandioso de pessoas transitando ao longo do dia (Figura 13).

Figura 12 – Monumento ao Bandeirante



Figura 13 – Vista da Praça



Fonte: Prefeitura Municipal de Manhuaçu (2019)

A pavimentação é em piso intertravado com piso tátil direcional e a iluminação é realizada por postes em toda a sua extensão, sendo caracterizada como iluminação alta.

Possui como tipologia a classificação de praça de circulação.

Observando todos os equipamentos da praça, quanto a sua avaliação qualitativa com base na Ficha 02 do Anexo 01, descritos na tabela 7, a nota obtida foi 71, obtendo um percentual de 53% que a considera como regular (Tabela 08).

A Praça Cinco de Novembro possui forma retangular sendo conformada por três vias, conforme figura 14.

Figura 14 - Implantação esquemática da Praça Cinco de novembro



Fonte: Google Earth, 2019 (Adaptada pela autora)

05- PRAÇA CÉSAR LEITE

Localizada no bairro Centro, possui 5.472,10m² de área, é caracterizada como praça de descanso e/ou recreação, possui bancos de concreto em toda sua extensão, equipamentos para exercícios físicos, área para recreação de idosos, monumento, *playground*, sanitários, lixeiras, ponto de táxi, área para exposição de artesanato. (figura 15(A) e (B))

Um dos locais de lazer que possui uma excelente quantidade de árvores para a promoção do conforto ambiental, caminhos bem definidos feitos com piso intertravado de concreto, ótima conservação e é bem iluminado, o que gera uma sensação agradável para a permanência no ELPL.

O seu entorno é marcado por vários usos, o institucional (possui hospital, clínicas e escola) e o residencial, pois a praça está localizada numa área no centro onde há uma concentração maior de edificações residenciais.

Figura 15A – Vista da praça



Fonte: Acervo da autora

Figura 15B – Vista da praça

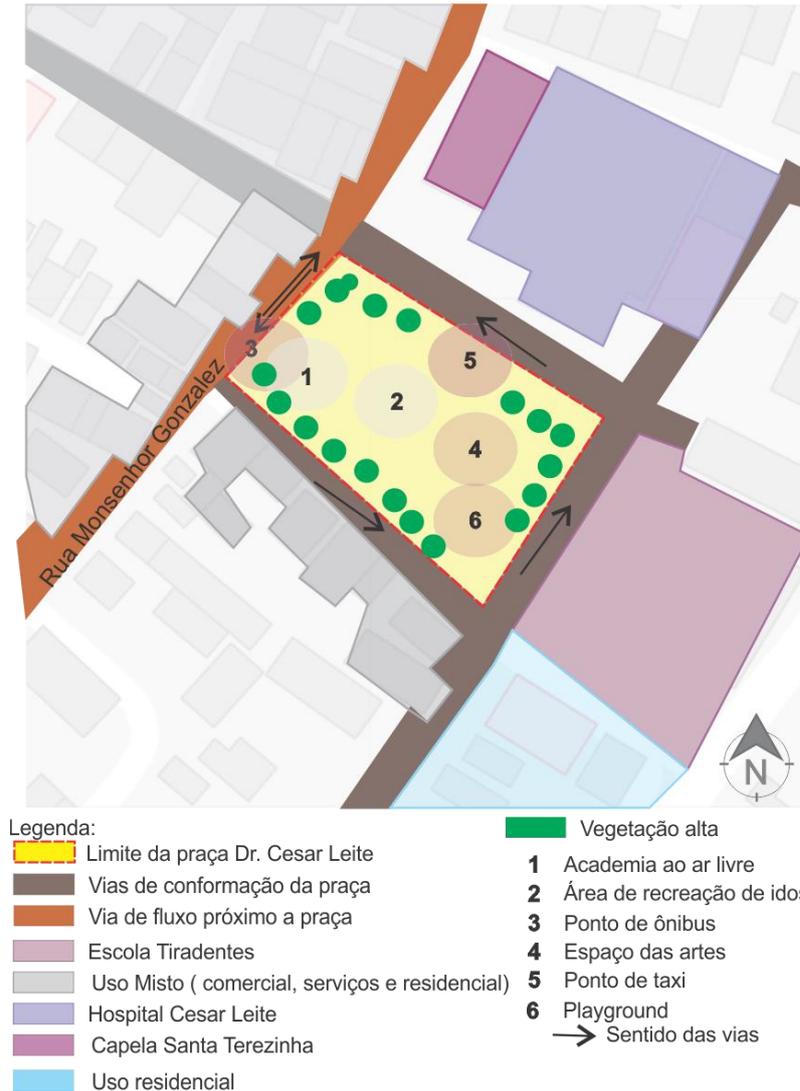


Fonte: acervo da autora

Observando todos os aspectos da praça, quanto a sua avaliação qualitativa com base na Ficha 02 do Anexo 01, a nota obtida foi 94, obtendo um percentual de 70% sendo considerada boa (Tabela 08).

A praça possui formato retangular, quanto a sua inserção na malha urbana, possuindo sua conformação por 04 vias distintas.(Figura 16)

Figura 16 – Implantação esquemática da praça Dr. Cesar Leite



Fonte: Google Earth, 2019 (Adaptada pela autora)

06 – PRAÇA JOSÉ ADOLFO VIEIRA ASSAD

Localizada no bairro Baixada, é uma das mais antigas praças da cidade, passava por ela a linha férrea para a chegada à antiga estação de trem, possui 2.157,32m² de área, é bastante arborizada, possui pista de skate, equipamento para a recreação de idosos, muitos bancos em concreto, ponto de ônibus, local de parada de caminhões para frete, espaço para trailer de alimentação móvel, lixeiras e telefone público (Figura 17).

Figura 17 - vista aérea da praça



Fonte: Prefeitura Municipal de Manhuaçu, 2019.

Antes da reforma em 2016, a praça possuía uma escultura que simbolizavam a história da cidade através dos trilhos de trem para reavivar a memória dos habitantes, esta foi eliminada na reforma, conforme visto na figura 17.

De acordo com o levantamento realizado *in loco*, a vegetação predominante é de árvores de grande porte, possibilitando um conforto térmico à população que usufrui deste ELPL (Figura 18 e 19).

Figura 18 – vista da praça



Fonte: Acervo da autora

Observando todos os aspectos da praça, quanto a sua avaliação qualitativa com base na Ficha 02 do Anexo 01, a nota obtida foi 82, obtendo um percentual de 61% sendo considerada boa (Tabela 08).

Possui inúmeros estabelecimentos comerciais no seu entorno, um dos principais pontos de referência é o terminal rodoviário de Manhuaçu, local de movimento constante durante todos os horários. Mesmo o uso do solo ao redor da praça ser predominantemente comercial, o bairro possui caracterização de uso do solo misto, sendo tanto de uso residencial quanto comercial.

A tipologia da praça de acordo com a metodologia adotada para a classificação de praças propostas por De Angelis (2004), é de Praça de descanso e/ou recreação, pois possui equipamentos para a prática de esportes além dos bancos em concreto. A sua pavimentação é em blocos de concreto no formato hexagonal (bloquete), possui gradil em alguns locais no seu perímetro em ferro pintado na cor branca e a sua iluminação predominante é a alta.

Figura 19 – Vista da Praça



Fonte: Acervo da autora

O seu formato é retangular e possui conformação por 04 vias distintas quanto a sua inserção na malha urbana como mostra a figura 20.

Figura 20 – Implantação esquemática da Praça Adolfo Vieira Assad



Fonte: Google Earth, 2019. (Adaptado pela autora)

07 – PRAÇA JOSÉ ALVES DA COSTA

Localizada no bairro Alfa Sul na ESF São Vicente, possui 2.563,07 m² de área, tem a tipologia de praça de descanso e/ou recreação, a vegetação predominante é a alta, mas possui muitas árvores de diferentes portes, desde palmeiras imperiais a arbustos médios, o que garante o conforto térmico ambiental a praça é composta por caminhos bem definidos em piso de blocos de concreto hexagonal (bloquete), bancos em concreto com boa conservação em toda sua extensão (Figura 21 e Figura 22).

Observando todos os aspectos da praça, quanto a sua avaliação qualitativa com base na Ficha 02 do Anexo 01, a nota obtida foi 68, obtendo um percentual de 49% sendo considerada regular (Tabela 08).

Figura 21 – Visão geral da praça José Alves Costa



Fonte: Acervo da autora

A praça possui um quiosque/gazebo, como ponto final do caminho central e bifurcação dos outros caminhos (Figura 21).

O seu entorno é predominante de uso residencial, embora possua pequenos comércios de conveniência e instituição religiosa.

Figura 22 – Caminhos definidos da praça



Fonte: Acervo da autora

Segundo a classificação prevista por De Angelis (2004), pode-se afirmar que a inserção da praça na malha urbana possui forma retangular e triangular, cortada por uma via, onde possui duas vias que convergem para a via principal de informação da praça como se observa na figura 23.

Figura 23 – Implantação esquemática da praça José Alves da Costa



Fonte: Google Earth, 2019. (Adaptado pela autora)

08 – PRAÇA PEDRO FARIA

Localizada na ESF Bom Jardim, contornada pela BR 262 também conhecida como trevo do Cafeicultor, possui 3.346,76 m² de área, tem diversos monumentos, a estatua do cafeicultor, totem do Rotary Club, Maçonaria e Lions Clube, o que classifica a Praça Pedro Faria conforme sua tipologia como praça monumental e de significação Visual. (De Angelis, 2004) (Figura 24 (a) e (b))

Quanto à vegetação predominante, a que se encontra na praça é a rasteira, possuindo 02 exemplares de palmeiras imperiais, além da escassez de paisagismo e de maior conservação.

Figura 24 (a) e (b) – Visadas da Praça Pedro Faria

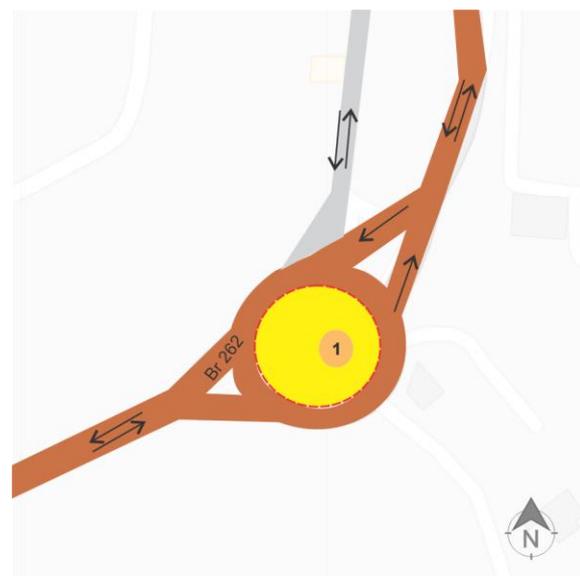


Fonte: Acervo da autora

Observando todos os aspectos da praça, quanto a sua avaliação qualitativa com base na Ficha 02 do Anexo 01, a nota obtida foi 28, obtendo um percentual de 21% sendo considerada ruim (Tabela 08).

A sua inserção na malha urbana possui formato circular característico da tipologia do seu uso, conforme mostrado na figura 25.

Figura 25 – Implantação esquemática da Praça Pedro Faria



Legenda:

Limite da praça Pedro Faria	Vegetação alta
Vias de conformação da praça	1 Monumento ao Cafeicultor
Via de fluxo próximo a praça	Sentido das vias

Fonte: Google Earth, 2019. (Adaptado pela autora)

ANEXO 3 – FICHA DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA PREENCHIDA

Ficha 2 – Avaliação Qualitativa dos ELPLs

Estrutura Avaliada		Pça Martins Fraga	Pça Antônio Brum	Pça Cordovil Pinto Coelho	Pça Cinco de Novembro	Pça Dr. Cesar Leite	Pça José Adolfo Vieira Assad	Pça José Alves da Costa	Pça Pedro Faria
01	Bancos	5	3	4	5	5	5	5	0
02	Ilum. alta	3	0	3	5	5	5	3	5
03	Ilum. baixa	4	2	3	0	5	4	4	0
04	Lixeiras	2	0	5	5	5	5	5	0
05	Sanitários	0	0	4	0	0	0	0	0
06	Telefone público	1	1	1	5	3	5	5	0
07	Bebedouros	0	0	0	0	0	0	0	0
08	Piso	4	2	5	5	4	4	4	0
09	Traçado dos caminhos	5	2	5	5	5	5	5	0
10	Palco/coreto	5	0	5	0	0	0	5	0
11	Monumento	0	0	5	5	5	3	0	5
12	Espelho d'água/chafariz	0	0	0	0	0	0	0	0
13	Estacionamento	0	5	0	0	5	3	0	0
14	Ponto de ônibus	5	0	5	0	2	5	0	0
15	Ponto de táxi	0	0	5	0	5	0	0	0
16	Q. poliesportiva	0	0	0	0	0	0	0	3
17	Eq. Para exerc. físicos	5	0	0	0	5	5	0	0
18	Estrutura para a terceira idade	3	0	0	0	5	5	0	0
19	Parque infantil	0	0	0	0	3	0	0	0
20	Banca de revista	0	0	0	5	0	0	0	0
21	Quiosque	0	0	5	5	2	0	4	0

22	Vegetação	5	5	5	4	5	5	5	4
23	Paisagismo	4	4	5	2	5	5	5	3
24	Localização	5	5	5	5	5	5	5	3
25	Conservação/ limpeza	5	3	5	5	5	5	4	2
25	Segurança	5	3	5	5	5	3	4	2
27	Conforto Ambiental	5	5	5	5	5	5	5	1
Total		71	40	85	71	94	82	68	28

Fonte: Elaborada pela autora